



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**RAFAELA CASTRO GONÇALVES DE SOUSA**

**A PEDAGOGIA PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NARRATIVAS DE UMA  
PEDAGOGA DA SOCIOEDUCAÇÃO**

**Brasília-DF**

**2023**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**RAFAELA CASTRO GONÇALVES DE SOUSA**

**A PEDAGOGIA PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NARRATIVAS DE UMA  
PEDAGOGA DA SOCIOEDUCAÇÃO**

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial e insubstituível para a obtenção do título de Pedagoga pela Universidade de Brasília.

**Orientador:** Prof. Dr. Rodrigo Matos-de-Souza

**Brasília-DF**

**2023**

**A PEDAGOGIA PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NARRATIVAS DE UMA  
PEDAGOGA DA SOCIOEDUCAÇÃO**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial e insubstituível para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

**Aprovado em**

---

**Prof. Dr. Rodrigo Matos-de-Souza - Universidade de Brasília**

**Orientador**

---

**Vanessa Martins Farias Alves-Bomfim - SEEDF**

---

**Ana Carolina Cerqueira Medrado - UFBA**

---

**Anelise Gregis Estivalet - PPGDH/UnB, Suplente**

*Dedico o presente trabalho a minha família, que sempre torceu pela minha vitória, apoiou todas as minhas decisões e me incentivou a continuar firme durante toda minha trajetória. Dedico a eles, por todas as palavras de conforto nos momentos de angústia, pelos abraços aconchegantes quando o desespero tomava conta e conselhos precisos nos momentos necessários. Especialmente meus pais que muitas vezes abdicaram de seus desejos pessoais para priorizar toda família.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus por todas as oportunidades dadas, pela luz durante minha caminhada, pela proteção e benção, por estar presente a todo momento e pelos sinais encorajadores. A minha mãe, Terezinha, por sempre colocar os filhos como sua prioridade, tirar muitas vezes de si para dar a nós, pela companhia de todas as manhãs, pelas conversas que me acalmavam, pelas experiências narradas me dando mais coragem em tudo que ia realizar, pelo cantarolar relaxante, por tudo minha querida fortaleza. Agradeço ao meu pai, Nelcinho, pelo exemplo de força e persistência, pela coragem, por ser um abrigo e escudo para família. Pela motivação e incentivo, sempre me orientando a seguir rumo ao sucesso. Obrigada por ser presente e por me ajudar a construir o futuro que desejo.

À minha irmã, Elen Christine, agradeço pelo apoio, incentivo, motivação, ensinamentos, experiências, palavras gentis, conselhos, por toda ajuda e exemplo. Aos meus irmãos, Thalita e Thiago, principais fontes de grande parte dos sorrisos que dei nessa caminhada. A loucura de um e a tranquilidade de outro equilibrava e dava mais harmonia em casa. Aos meus sobrinhos, Júlia, Heitor, Mateus e Bernardo, que me mostram ser uma tia que precisa de muitos reparos e que mesmo assim, me amam e ajudam muito. As minhas amigas da faculdade, Ana Luiza e Beatriz Helena, que nunca deixaram de me auxiliar tanto acadêmica, como emocionalmente, desde o início ao fim. Aos meus gatos, Hope, Theo e Dom, que foram abrigo quando eu estava sozinha, me confortando assim como a presença de minha prima, Maria Aparecida.

À UnB, por me proporcionar os melhores dias, os melhores conhecimentos, os melhores professores, as melhores manhãs e tardes da maneira mais agradável possível. Por ensinar tanto, até mesmo em suas pequenas ações. Por me ensinar o verdadeiro significado de empatia, me incentivando a ser diferente e aceitar a diversidade que existe nesse lindo mundo e por realizar um sonho que carrego desde muito tempo. Agradeço grandemente o professor Rodrigo Matos de Souza, que me orientou com sua diversidade de conhecimentos para que eu pudesse dar mais um passo rumo a minha formação e a todos que contribuíram nessa trajetória educacional desde o início.

*“(...) Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja a melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante.”*

**Carlos Brandão, 2006, p. 9**

## RESUMO

Esse trabalho tem como principal objetivo, compreender a presença dos profissionais formados em pedagogia em diferentes espaços, exercendo de forma significativa as mais variadas funções. Esclarecer não só aos discentes, mas assim como àqueles que já finalizaram sua formação, e possuem o desejo de educar também de forma não formal, as inúmeras possibilidades de exercícios na sociedade com diferentes públicos, espaços, didáticas e metodologias utilizadas para realizar o processo de ensino. Para isso, serão analisadas algumas possibilidades existentes de atuação fora do paradigma escolar, dando enfoque na trajetória legal da socioeducação com atenção na aparição do pedagogo, e com o intuito de trazer um pouco dessa realidade, através de uma entrevista narrativa de uma profissional atuante na área socioeducativa.

**Palavras-chave:** Educação não formal; Pedagogos/as em espaços não escolares; Práticas pedagógicas; Socioeducação; Entrevista Narrativa.

## **ABSTRACT**

This work aims to understand the presence of professionals trained in pedagogy in different spaces, exercising in a significant way the most varied functions. Clarify not only to the students, but also to those who have already finished their formation, and have the desire to educate also in a non-formal way, the countless possibilities of exercising in society with different publics, spaces, didactics, and methodologies used to accomplish the teaching process. For this, some existing possibilities of acting outside the school paradigm will be analyzed, focusing on the legal trajectory of social education with attention on the appearance of the pedagogue, and to bring some of this reality, through a very detailed narrative interview of a professional actor in the social-educational.

**Keywords:** Non Formal Education; Pedagogy; Pedagogical Practices; Socioeducation; Narrative Interview.



## **LISTA DE TABELAS E IMAGENS**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>TABELA 1 - MATRIZ CURRICULAR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNB..</b>            | <b>32</b> |
| <b>IMAGEM 1 - DADOS DOS ÚLTIMOS ANOS DE CONCURSOS NA ÁREA DE PEDAGOGIA.....</b> | <b>35</b> |
| <b>IMAGEM 2 - LEVANTAMENTO DE DADOS - SINASE.....</b>                           | <b>42</b> |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA**

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>CNAS</b>       | Conselho Nacional de Assistência Social  |
| <b>CONANDA</b>    | Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente   |
| <b>ECA</b>        | Estatuto da Criança e do Adolescente   |
| <b>ENS/ENDICA</b> | Escola Nacional de Socioeducação   |
| <b>FE</b>         | Faculdade de Educação  |
| <b>HUB</b>        | Hospital Universitário de Brasília   |
| <b>LA</b>         | Liberdade Assistida  |
| <b>PAS</b>        | Programa de Avaliação Seriada  |
| <b>PIA</b>        | Plano Individual de Atendimento  |
| <b>PNAISARI</b>   | Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em<br>Conflito com a Lei, em Regime de Internação, Internação Provisória e Semiliberdade |
| <b>PNAS</b>       | Política Nacional de Assistência Social  |
| <b>PPC</b>        | Projeto Pedagógico do Curso  |
| <b>PSC</b>        | Prestação de Serviços à Comunidade   |
| <b>SDH</b>        | Secretaria de Direitos Humanos   |
| <b>SINASE</b>     | Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo   |
| <b>UNB</b>        | Universidade de Brasília   |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>MEMORIAL</b> .....  | 8  |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 12 |
| <b>METODOLOGIA</b> .....   | 15 |
| <b>CAPÍTULO 1 - POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO PARA O/A PEDAGOGO/A</b> .... | 18 |
| <b>CAPÍTULO 2 - MARCOS LEGAIS DA SOCIOEDUCAÇÃO</b> .....               | 22 |
| <b>CAPÍTULO 3 - A PEDAGOGA NA SOCIOEDUCAÇÃO</b> .....                  | 29 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                      | 44 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 46 |
| <b>APÊNDICE</b> .....  | 50 |
| <b>APÊNDICE I</b> .....  | 50 |
| <b>APÊNDICE II</b> .....   | 52 |

## MEMORIAL

### “RESPIRE, OLHA O SOL LÁ FORA”

Esse é o momento que você não precisa correr o risco de perder a vida para vê-la passar diante dos olhos. Momento esse de sentar e pensar o que escrever, tente fazer isso num momento errado e falhe deixando vários aspectos importantes para trás. Achei que esse era o melhor dia para escrever o memorial, pois o dia está magnificamente lindo. Colada bem alto de minha parede, está a frase “*Breathe, look at the sun outside*” que me motivou a começar e encerrarei explicando-a.

Muitas de minhas memórias da infância foram apagadas, talvez seja por conta da fragilidade da mesma, que traz resquícios somente quando navega por fotografias. Mesmo assim, as que hoje ainda tenho, me trazem bons e desconcertantes sorrisos de canto. Lembro-me de chorar para ir com meu irmão à escola, sempre muito unidos por conta da proximidade da idade, e de nada valia minhas lágrimas, eu era orientada a esperar o tempo certo. Não existia folha que nos segurava e cada um que chegava para visita, observava as ilustrações e rabiscos nas portas e paredes, ou apenas a falta de educação e consideração por quem as pintou. Acredito que tenha sido pelo cansaço, passa-se pouco tempo e minha mãe cede, me oportunizando a conhecer o mundo escolar mais cedo do que deveria ao lado de meu irmão.

Uma escola particular, simples, pequena e próxima a minha residência localizada no Recanto das Emas, tenho bem clara em minha mente sua estrutura e as primeiras profissionais que me ensinaram, me deu também uma irmã que está presente até os dias atuais. Passou alguns anos mais e a escola pública foi a escolha de meus pais para o meu futuro. Vivi nessa cidade, nessa escola e nessa vida até os meus nove anos completos. O sonho de meus pais de morar na zona rural, torna-se possível e começa uma nova jornada para todos os que vivem comigo.

Nunca tive tanta resistência a algo como essa mudança. Minha irmã mais velha se mudou para a casa do pai, pois somente o sangue de minha mãe nos ligava. Era a irmã dos sonhos, aquela pessoa que você queria quando surgia vontade de chorar, confiava mais que qualquer um, e ao ser abraçada por ela, seu coração aquecia. Eu perdi sua presença diária nessa mudança. Minha irmã do meio, estava na adolescência, e tudo era motivo para me afastar. Meu irmão, sempre muito tranquilo e aberto a tudo, tentava me acalmar toda vez que era bolado um plano para fugir de casa.

Escola nova, meio do ano, sem amigos, sem maturidade para entender a situação, odiando tudo que deixasse meus pais felizes, pois em meu pensamento, voltaríamos as nossas

vidas, caso me recusasse a viver nessa. Criei uma bolha e vivi nela até que recebi o acolhimento da professora Irani na nova escola, localizada no P.sul, bairro da Ceilândia Sul. Ela sim, com meus conhecimentos atuais, posso dizer que foi a chave para me auxiliar nesse processo de aceitação, juntamente com minha irmã, que na época estava em formação para ser pedagoga e nos visitava frequentemente.

Passaram-se anos, algumas amizades que fiz, seguiu comigo até o ensino fundamental, vivendo momentos únicos e me deparando com o trauma pela geografia. Outras boas novas caminharam junto a mim rumo ao ensino médio, descobrindo o amor pela matemática e o medo do vestibular. Felizmente, com o apoio de minha família, entrei para a UnB, muito comentada no contexto do Distrito Federal e pouco conhecida de fato, mediante ao Programa de Avaliação Seriada (PAS).

Para a escolha, houve a dúvida entre jornalismo por conta de um teste que fiz na internet, confiando no “destino”. Psicologia, por saber conversar muito bem com outras pessoas e possuir a facilidade na resolução de problemas das mesmas, achando que era o bastante. Enfermagem, pelo Campus ser próximo a minha cidade, apesar de odiar ver sangue. E Pedagogia, pela trajetória que vi minha irmã traçar, pelo orgulho que sentia de minha professora quando me mudei, pelas minhas bonecas e ursos alfabetizados e alimentados por mim, por amar a pureza da aprendizagem e pela vontade de ensinar.

Cheia de ansiedade e curiosidade, dei início ao curso no primeiro semestre de 2019 após finalizar o ensino médio. Apesar de não ter completado a maioria ainda, meu espírito de aventureira não se acanhava, queria conhecer o lugar do qual somente tinha ido em minha imaginação. Me enganei! Não imaginei um terço do que aquele espaço era. A sensação que as pessoas, o lugar, as árvores e até mesmo os animais transmitem é algo inexplicável, e por conta disso, o conselho que deixo é que possam não somente conhecer, e sim viver a maravilha que é a Universidade de Brasília.

Com a pedagogia, aos poucos, fui descobrindo que a escolha que fiz, envolvia todas as opções que conhecia e outras muitas outras. A cada novo dia na universidade, pude notar o quanto aquele lugar, aquelas pessoas, o que era dito e absorvido, me transformava cada vez mais de forma positiva. Que a área é ampla e que há muitas possibilidades a serem consideradas, acreditei ser importante o mundo atentar-se a isso, sendo o motivo da minha chegada até aqui, escolhendo esse assunto para defesa. Me dei conta de que gostaria de trazer lentes das quais deixem claro para a pessoa que cursa pedagogia, que ninguém pode restringi-la a níveis

educacionais e/ou a lugares determinados, mas sim, que há diversas perspectivas de atuação, podendo agir onde menos imaginar que tal profissional pode estar.

Lembra da frase que trouxe no início? Colei ela quando me mudei pela segunda vez e sua tradução é “Respire, olha o sol lá fora”. Acredito que seja pela idade talvez, mas assim que acordo, olho para ela e lembro de toda trajetória do curso, de minha formação, estando próximo ao fim de mais um sonho que luto para realizá-lo. Ela me motivou hoje a escrever esse memorial. Respirei, olhei para o sol que brilhava através da janela, agradei por isso e percebi que sempre há um momento certo, assim como a construção desse trabalho que como tudo, vou me dedicar para sorrir quando virar uma lembrança apenas.

## INTRODUÇÃO

Refletir sobre o momento de inserção numa certa graduação, leva uma parcela de tempo significativa, porém, necessária. Se a opção que escolher possui dentro dela, diversas maneiras de atuar, vai existir também outra reflexão a respeito de onde atuar. O intuito da faculdade deve ser sempre evidenciar os campos de atuação que aquela formação proporciona, então assim, fazer com que tenha as experiências necessárias para saber onde, de fato, é o seu lugar.

A pedagogia em específico, é uma das formações que possibilita a atuação em diversas outras áreas, sem tirar o foco da educação. No momento que ingressa na faculdade, o conteúdo teórico é a base da prática futura, dessa forma, na trajetória descobre-se as possíveis ações e lugares dos quais o/a profissional pode fazer parte. Pensando assim, o objetivo central é esclarecer a presença do pedagogo também em ambientes não escolares, identificando diferentes campos de atuação, sendo alguns na área empresarial, hospitalar, escolar, inclusiva, social, atuando como professor/a, produtor/a, orientador/a, supervisor/a, coordenador/a, diretor/a, gerente de recursos humanos, projetista, estrategista, dentre outras que são permitidas a nós e transparecer suas contribuições nesses ambientes não formais.

Em diversos momentos, a escola é o foco principal do pensamento de qualquer sujeito quando se refere a atuação dos/as professores/as, restringindo sua presença fundamental em outros espaços. O equívoco reducionista do local de atuação de profissionais que possuem formação em pedagogia, foi o incentivo para iniciar a defesa a respeito do tema. Há locais dos quais o/a professor/a pode exercer sua função, sendo não somente em espaços escolares. Ao tratar da atuação do/a pedagogo/a em ambientes não escolares, trazendo a prática pedagógica na socioeducação como uma base de possível atuação, será evidenciada funções, desconhecidas por muitos de meus colegas de graduação (que não possui disciplina que discuta a atuação nos espaços socioeducativos), exercidas por esse/a profissional, das quais contribuem grandemente para as crianças, jovens e sociedade em geral, direcionadas a área socioeducativa, tendo ela uma ligação direta com jovens infratores.

O intuito é deixar claro tanto para a sociedade quanto, principalmente, para os profissionais da área, que há infinitas possibilidades de atuação do sujeito que deseja formação em pedagogia, algumas, que somente serão descobertas pelo futuro profissional se este tiver desejo em buscar, pois não será debatido nem proposto pelo currículo e seus atores. Um dos grandes obstáculos é a falta de informação sobre o assunto que acarreta desinteresse e nas dificuldades impostas aos futuros profissionais, sendo algumas delas, a grande quantidade de

alunos, a precariedade do serviço, da baixa remuneração e desvalorização profissional, o adoecimento precoce, dentre outras que possui forte relação com a área escolar. A imagem reproduzida de tal profissional como presente somente na escola de educação básica, por vezes, apenas na Educação Infantil, não evidencia outros horizontes, invisibiliza espaços de atuação, assim como causa estranheza quando o/a vê fora desse mesmo ambiente. Horizontes esses, que não desejam retirar o futuro profissional da Educação Básica, mas sim, realizar o encontro do mesmo com problemas, modos e formas, através das quais a Pedagogia encontrou para colaborar com o desenvolvimento da sociedade.

Trilhando o caminho acadêmico, o discente passa a ter noção de que há contribuições diretas da educação com outras áreas do conhecimento, como o exemplo de tal profissional presente na área hospitalar, levando a educação aqueles que necessitam dela em outro setor. Isso aumenta e estimula outras possibilidades fora da bolha de espaço escolar. Tudo tem influência na educação, ela contribui e também interfere na sociedade de diversas maneiras, facilitando ainda mais a presença do profissional, seja em escolas, nos hospitais, nas indústrias, escritórios, em abrigos e ONGs, sistemas prisionais, organizações militares, órgãos públicos, dentre outros. O ponto chave aqui não é fazer com que essa pessoa deixe de atuar com a pedagogia, mas que ela encontre, caso não seja na escola, o seu lugar de pertencimento na área, navegando por outras alternativas.

Somente no decurso da faculdade, o contato com outras áreas aumenta, deixando evidente que a escolha de muitos pelo curso, veio acompanhada por muito desconhecimento dos locais de atuação do pedagogo, da realidade dessa profissão. Dessa forma, a introdução que recebemos na sociedade, resume-se a uma profissão que envolve diversas crianças, escola e outros professores, tarefa de casa e coordenação pedagógica, amor e paciência, ler, escrever, alfabetização, sem incluir adolescentes, idosos, pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou doença, além dos modos diferentes de lidar com cada circunstância, sendo resolvida também pelo/a pedagogo/a.

Por conta das numerosas maneiras que existem de trabalhar com diferentes públicos e suas necessidades, surgem as práticas do/a profissional em outros campos de atuação, que terá o foco na resolução do problema em específico, do qual demanda a situação. Sendo esse assunto bastante amplo, o presente trabalho objetiva ter um olhar mais atento a um local do qual o profissional formado em pedagogia atua na socioeducação, com um público mais velho e segregado, acompanhando e refletindo a respeito de suas ações, relações e contribuições para com o social.



Assim, este trabalho de conclusão de curso, divide-se em três capítulos, tendo como intuito o primeiro, expor algumas das possibilidades que existem de atuação para a pedagogia, além de exemplos e autores que articulam sobre o assunto. No segundo, procuro trazer marcos legais da socioeducação, dos quais contribuíram para dar visibilidade aos direitos das crianças e adolescentes, além dos atores que fizeram/fazem parte de todo esse processo. Ao fim do mesmo capítulo, surge o elemento fundamental e necessário, que auxilia o sujeito no processo de ressocialização, sendo ele o profissional que possui a formação em pedagogia e sua atuação nesse campo, contribuindo significativamente para o adolescente e sociedade em geral.

O capítulo três trará a relação do pedagogo com a socioeducação, o convívio e sua função, estudo dos adolescentes e suas situações, realidade e atendimento, além de uma explicação melhor a respeito de sua formação e atuação no âmbito socioeducativo. Através de uma pesquisa narrativa, de natureza qualitativa, um método de coletas de dados detalhada, que possui foco nos acontecimentos e ações que o informante narra, foi pensada a apresentação do funcionamento da realidade dessa área. A pedagoga conta sua experiência com a educação até o momento que encontra-se na socioeducação, deixando transparecer todas suas ações e contribuições para com o mundo. A profissional realiza a apresentação de sua caminhada e experiências profissionais frisando a prática atual e sua ação pedagógica. Ela explica e expõe sua rotina de forma minuciosa para facilitar o entendimento de tudo que acontece ali e concorda em narrar, embasada em um simples roteiro de forma não estruturada, sua trajetória na educação até sua inserção na socioeducação, colaborando para a construção deste capítulo.

Após o entendimento teórico e prático nos capítulos anteriores, nas considerações finais serão trazidas reflexões desejando despertar um instinto investigativo sobre a temática em qualquer pessoa, sendo ela da área ou não, além de citar motivos que desvalorizam e desestimula o profissional e propostas de intervenção a fim de trabalhar a desconstrução do senso comum e quebra dos estereótipos que ela carrega, entranhado na sociedade. Abordar aqui formas que possam dar visibilidade e possíveis avanços à profissão, atrair aqueles que desejam exercer trabalhos em locais diferentes dos habituais e motivos que contribuam para minimizar a generalização.

## METODOLOGIA

Para pensar em maneiras diferentes de atuação do/a pedagogo/a, não restringindo-se a um ambiente e a um determinado público, fruto de uma visão sensocomunizada (MATOS, 2022) do fazer pedagógico, as diferentes maneiras da prática pedagógica é o foco deste trabalho. Ao trilhar o caminho acadêmico, nos deparamos com algumas maneiras de atuar como profissional, nos ensinando as melhores abordagens de acordo com o público e espaços específicos. Contudo, o que não é tão evidente aos discentes, são os diferentes campos de atuação que permitem seu exercício e o quão significativo eles podem ser também fora do universo escolar.

Por conta de questões estruturais de nossa sociedade, a profissão docente foi precarizada e a mesma goza de muito desconhecimento na sociedade, sendo reduzida e limitada a crianças e espaços escolares formais. A atuação nos anos iniciais, possui uma alta absorção dos profissionais formados em Pedagogia, invisibilizando outras oportunidades de atuação, enquanto há carência deles em outros ambientes. Dito isso, o lócus da pesquisa é o socioeducativo, um dos muitos espaços invisibilizados, que demanda uma atenção específica da qual não tem.

Por não ser um assunto muito abordado durante o curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, causou-me um certo estranhamento ao surgir o termo “*socioeducação*” numa discussão em aula. Ao pesquisar sobre o tema, encontrei leituras que não foram trabalhadas em sala, deixando de contribuir para enriquecer o conhecimento dos estudantes, e não os oportunizando a sabedoria de mais um campo possível de sua prática. Coincidentemente, conheço uma pessoa que trabalha no campo socioeducativo, que em conversas informais, me motivou a pesquisar sobre a temática. A partir daí, pude notar que em todas as discussões que participava, queria saber o local do adolescente e se de alguma forma a socioeducação poderia contribuir para aquilo. Foi despertado então, a aspiração para navegar nas ondas da socioeducação e entender seu significado para com a sociedade.

O início da pesquisa se deu na internet, buscando fontes que evidenciam a presença de tal profissional em outros ambientes, a não ser escolares. O Google Acadêmico foi uma das plataformas que proporcionou uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar o que estava sendo produzido de conhecimento acadêmico, através de artigos, obras e autores que trabalham a temática, expondo o amplo repertório e a nítida lacuna deixada pela faculdade ao não trabalhar o conteúdo com tamanha importância. Após as leituras, que facilitou o entendimento dos motivos pelos quais o mercado de trabalho dos pedagogos é tão vasto, porém,

tão seletivo, tive o primeiro contato com a pedagoga que trabalha na área socioeducativa. O contato foi breve, para ter conhecimento se realmente, era sobre o seu campo de atuação que desejaria estudar, e nesse momento veio a percepção e orientação de que a melhor forma de abordagem para se entender a atuação desse profissional fora do ambiente da educação básica seria a entrevista narrativa, já que a mesma permitiria à pesquisadora conhecer a trajetória da entrevistada na educação, com suas experiências em outros campos, até o momento de chegada na socioeducação.

A fim de entender o propósito e comprometimento do responsável pelo atendimento dos menores infratores num contexto infracional no âmbito educacional, a entrevista narrativa como instrumento de pesquisa, colabora para uma coleta de dados de forma detalhada, com foco nas informações dadas pelo narrador. O ponto relevante nesse método qualitativo é a naturalidade e leveza que pode se encaminhar, dependendo da maneira que é aplicado sob o informante. Diferencia-se de outros, por dar espaço a um processo não estruturado, deixando livre a comunicação do narrador para relatar com minuciosidade os episódios que achar relevantes, como apontado por Bauer e Gaskell (2008),

[...] as narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal (BAUER; GASKELL. 2008, pág. 91).

Possui como principais características o detalhamento, o sentido, a relevância e a ordem de início, meio e fim, possuindo um contexto e lugar, um tempo e uma motivação, havendo uma dimensão cronológica em que surge episódios sequenciais ou não, onde pode ocorrer então a construção de toda história a partir de acontecimentos seguidos, que configura um enredo com certa ordem dos fatos. A melhor forma de conduzir uma entrevista narrativa é deixar que a pessoa se sinta à vontade em descrever todo processo, sem ditar ordens específicas que devam ser seguidas, assim, ela consegue apresentar com domínio a experiência que teve e transparecer o que sua memória selecionou sobre o assunto.

A metodologia escolhida nesse caso, envolverá uma profissional que atua na área a alguns anos, trazendo sua perspectiva de atuação a respeito da socioeducação de forma livre e descontraída, deixando-a confortável para narrar sua trajetória na educação e seu momento que adentrou tal campo. O ponto central será esclarecer sua contribuição para com a educação tanto

dentro, quanto fora do ambiente escolar, já que a mesma passou por diferentes experiências, evidenciando à sociedade possibilidades de sua presença em outros espaços e colaborações, nesse caso, diretamente com os adolescentes e tudo que os envolve. Assim, de forma clara, não haveria maneira melhor para entender essa realidade, do que ouvir relatos de pessoas que vivem a mesma da qual deseja ser pesquisada.

Foi realizado então um curto roteiro (APÊNDICE I), do qual daria base para a pedagoga efetuar a entrevista narrativa, entregue quatro dias antes a ela. Nele continha um incentivo preliminar, sendo a pergunta da qual a profissional deu o pontapé inicial, *“Poderia descrever com detalhes sua trajetória na educação, desde o início até o momento atual?”*. Ocorreu o prazo para que ela se preparasse e marcamos a entrevista numa terça feira de manhã, de forma online, pois estava em exercício.

Renata (nome fictício) reservou 53 minutos e 37 segundos de seu tempo de trabalho para que pudéssemos nos reunir por meio da plataforma Meet, acontecendo no espaço onde normalmente realiza o atendimento. Ao iniciar, ela bem gentil, lembrou da privacidade do atendimento e me orientou a realizar perguntas ao fim de sua fala, para esclarecer eventuais dúvidas. Introduzida pela pergunta inicial, ela principiou de forma detalhada sua trajetória na educação até adentrar a socioeducação e suas experiências, sejam boas ou ruins, que teve em cada uma das áreas que passou. Finalizada a entrevista narrativa, houve a transcrição da mesma (APÊNDICE II) e análise para realizar a relação com o capítulo III, designado à temática.

A parte mais complexa nesse processo, foi a questão do sigilo, o qual bloqueou algumas de minhas perguntas relacionadas ao atendimento e local que Renata fazia parte, já que a mesma não é autorizada a passar algumas informações profissionais. A rigidez e cuidado com relação à privacidade em todo o procedimento realizado, fez com a minha inserção nesse universo fosse limitada e barrada até certo ponto, me forçando a buscar novas alternativas para não ultrapassar o limite do qual a profissional poderia ir. Realizei diversos contatos com a pedagoga para que auxiliasse a esclarecer dúvidas das quais poderiam ser respondidas, sem interferir negativamente para o trabalho da mesma, e dessa forma, garantimos o sucesso graças a dedicação e serenidade da profissional.

## CAPÍTULO 1

### POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO PARA O/A PEDAGOGO/A

As reflexões que rodeiam os locais de possíveis atuações dos profissionais que graduaram-se em pedagogia são diversas. Muitas delas evidenciando que a presença de tal sujeito se faz necessária onde nem mesmo o senso comum não o consegue imaginar. Atualmente, o mercado que possui a presença maior de pedagogos/as, visivelmente é a escola. Porém, até mesmo nesta instituição, ele pode exercer outras funções além de ministrar aulas às crianças, jovens ou adultos. O motivo dessa centralidade no ambiente escolar pode ser pela insuficiência de conhecimento a respeito de outras áreas disponíveis, pelo ingresso instantâneo por conta da necessidade, pela falta de formação continuada ou até mesmo, pela carência de ofertas de vagas em outras instituições que não sejam as escolares.

O importante a se pensar, é que o professor não deixará de ser um, se em sua frente não tiver um aluno, um quadro, uma sala ou uma escola. O público do qual pode trabalhar não se restringe à crianças e adultos, os instrumentos de trabalho também não serão sempre um pincel em caneta, diários de classe e reuniões de coordenação. Ele pode sim, exercer sua função em uma sala de aula, como também pode ser num ambiente hospitalar, num escritório empresarial, em uma biblioteca, em casa, em sistemas prisionais, organizações militares, ONG'S e em outras muitas possibilidades.

Seria preocupante então a formação de um pedagogo que reduz sua atuação apenas a escolas, já que o tempo necessita de sua parceria em outras áreas, assim como traz Veiga (1994), “A prática pedagógica é uma dimensão da prática social que pressupõe a relação teoria-prática, e é essencialmente nosso dever como educadores, a busca de condicionais necessárias à sua realização” (Veiga, 1994, p. 16), sendo assim, sua prática deve atender diferentes condições que necessitam de seu conhecimento e colaboração, considerando as mudanças temporais com a adesão das transformações do sujeito e seus direitos.

Brandão (2006), também enfatiza que “ninguém escapa da educação [...] não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é seu único praticante” (Brandão, 2006, p. 9). A reflexão que pode ser feita, seria a respeito de quais ensinamentos e direcionamentos que os futuros formandos na área de pedagogia estão recebendo, e se estão cientes da multiplicidade profissional que existe, pois, a sociedade vai carecer da atuação dos mesmos em lugares diferentes dos habituais.

Dessa forma, cabe a nós pensar sobre a existência desse profissional com múltiplas facetas. Sua existência e a diversidade de espaços nos quais atua possuem a dinâmica e a força da sociedade em que estão inseridos. O pedagogo/a emerge para dar respostas a ações e problemas que antes não existiam ou eram invisibilizados em nosso arranjo social. Se viu fundamental a execução de ações de pessoas que possuíssem conhecimentos pedagógicos para que fluísse de uma melhor forma, melhorias necessárias para o Estado, como Modesto e Pereira (2021) apontam,

A pedagogia no espaço não escolar ganhou força através da necessidade da presença do profissional pedagogo em diversos órgãos governamentais e não governamentais, ele que desenvolve um papel essencial como articulador no processo de ensino e aprendizagem nas mais variadas instituições. O exercício educativo está presente em todos os campos sociais, preparando o cidadão para o convívio social, a pedagogia abre uma gama de possibilidades para a atuação não formal promovendo um leque de oportunidades profissionais (MODESTO; PEREIRA, 2021).

O leque de oportunidades profissionais realmente existe, podemos imaginar o exercício desse profissional em diversos outros espaços. Na área hospitalar, o equívoco de acreditar que não é necessário dar continuidade nos estudos, por conta de um imprevisto, tratamento ou acidente relacionado à saúde, se levado a sério, seria algo que acarreta grandes prejuízos educacionais ao sujeito que carece dessa atenção. Essa situação, não se torna um momento de pausa, mas sim o fortalecimento da presença e seguimento da educação para tais indivíduos, assim como bem abordado por Matos e Mugiatti (2017),

[...] a Pedagogia Hospitalar compreende os procedimentos necessários à educação de crianças e adolescentes hospitalizados, de modo a desenvolver uma singular atenção pedagógica aos escolares que se encontram em atendimento hospitalar e o próprio hospital na concretização de seus objetivos (MATOS; MUGIATTI, 2017).

Ocorre também deste modo no ambiente empresarial, com suas especificidades, onde o/a pedagogo/a oferece o serviço voltado à dimensão humana. Esse campo, assim como diversos outros, pode ser considerado então, um instrumento auxiliador no autoconhecimento do profissional, já que o mesmo terá experiências distintas das que normalmente possui e pode conhecer as habilidades que detêm e como usá-las, seja individualmente ou de forma coletiva. Assim, como trazido por Almeida e Costa (2012),

[...] o Pedagogo passa a ganhar espaço dentro das empresas na área de Desenvolvimento de Recursos Humanos, onde trabalha com treinamento de pessoal, formação de mão de obra, capacitação em serviços, oficinas, organização de palestras, reuniões, seminários, congressos, excursões, cursos, dinâmicas de grupo e principalmente trabalha a autoestima e o relacionamento entre os membros que constituem a empresa (ALMEIDA; COSTA, 2012, pág. 4).

Nessa mesma linha de pensamento, a educação não formal em ONG's, conta com a presença de tal profissional, já que grande parte dessas organizações se constituem de lutas em prol do avanço e da garantia de preceitos constitucionais e democráticos aos grupos excluídos, e ninguém, no contexto de nossa sociedade, seria mais capacitado que o/a professor/a para a contribuição também nesse local. Contudo, assim como em qualquer outra posição atípica que ele ocupará, existem os desafios, já que as tarefas podem ser diferentes das que são exercidas num contexto escolar. Nesse sentido, apontam Cabral e Rodrigues (2013), a respeito das funções exercidas pelo mesmo nas forças armadas,

[...] encontramos pedagogos que trabalham nos diversos ramos como, por exemplo, na marinha, aeronáutica ou exército. Lá seu trabalho é nos centros de formação e instrução atuando em seus SOE (Serviço de orientação educacional) e SOPE, e também como organizadores dos cursos de formação para oficiais e militares de baixa patente, formulando cursos que abrangem desde a área do esporte até os cursos que são usados para o avanço de sua patente organizando carga horária, professores palestrantes e toda a organização possível do curso (CABRAL; RODRIGUES, 2013. pág. 13).

Num outro paralelo, não muito percebida e valorizada, porém extremamente importante, chega o pedagogo na área prisional, trabalhando com sujeitos dos quais a sociedade desconsidera como seres necessitados também de algum tipo de formação. Nesse momento, se pode notar o esquecimento tanto do direito à educação que as pessoas possuem, quanto a presença de um profissional que vá levar para elas tal educação. Os desafios continuam acontecendo em cada posição que o profissional de pedagogia alcança, sendo esse fora do paradigma tradicional, relacionadas a singularidade de cada situação, nesse caso, a insalubridade, a falta de segurança e recursos, de continuidade, o esquecimento e outros muitos. Dessa forma, a educação vai ser um instrumento auxiliador para que possa ser realizado um resgate, onde torna o sistema prisional,

[...] local de comunicação, de interações pessoais, onde o aprisionado pode se mostrar sem máscaras, afigura-se [...] como oportunidade de socialização, na medida em que oferece ao aluno outras possibilidades referenciais de construção de sua identidade e de resgate da cidadania perdida (ONOFRE, 2007, p.15).

Assim, as pessoas que estão privadas de liberdade passam a ver o profissional com mais respeito, sendo uma figura transmissora de bastante conhecimento, já que seria um dos únicos sujeitos da sociedade que dedicam uma atenção maior a esse público específico. Assemelhando a essa condição, se pode fazer uma relação num outro âmbito do qual o profissional pode exercer sua função, com um público mais juvenil e em espaços que possuem o objetivo de zelar para que o adolescente não chegue a adentrar a área prisional.

No sistema socioeducativo o profissional atua num espaço que tem o foco maior na ressocialização, diretamente com adolescentes com idade igual ou superior a 12 anos que vivem/estão num contexto infracional. Para isso, ocorre a oferta do serviço socioeducativo, com objetivo de proporcionar a eles formas de reconhecimento e correção das suas ações que afetaram a sociedade de uma forma negativa. Antes que atinjam a idade para serem julgados por crimes e condenados a um período de cárcere, o/a pedagogo/a o conduz a alternativas que possam afastá-lo da vida criminal que leva e aproximá-lo da sociedade, por meio da educação. No capítulo seguinte, serão vistos alguns marcos históricos que acarretaram a esse público, a obtenção de direitos e atores que auxiliassem nesse processo de acolhimento e acompanhamento.



## CAPÍTULO 2

### MARCOS LEGAIS DA SOCIOEDUCAÇÃO

Quando o termo *socioeducação* surge, em muitas situações públicas no âmbito da educação, causa um certo estranhamento pela falta de discussões e conhecimentos sobre o assunto, sendo consequência o afastamento de um rico debate. Ao não abordar tal discussão tão necessária, surgem equívocos e estereótipos, além de reações informais as quais são inconsequentes, como um exemplo bastante difundido em nossa sociedade, a diminuição da maioria penal.

Após uma certa idade atingida pelo sujeito, a sociedade passa a desconsiderar que ele seja uma criança, porém, não o julga como adulto. Tal fase, sendo ela a adolescência, retira-se a potência que ele possuía quando criança e passa a pensar que o mesmo tem consciência plena de suas atitudes. Nesse momento, a sociedade de forma equivocada caracteriza esses indivíduos com estereótipos negativos que limitam cada vez mais a garantia de seus direitos. A justificativa que a sociedade constrói para condenar crianças e jovens infratores de forma não formal, é a ignorância e falta de domínio de um entendimento por trás de toda uma construção histórica. De acordo com Portal da Socioeducação, seria a

[...] relação entre formas jurídicas e práticas institucionais historicamente construídas e acumuladas no Brasil, por força das condições econômicas, políticas e sociais de cada época, voltadas para a responsabilização de adolescentes e jovens aos quais foi atribuída legalmente a autoria de atos infracionais (Portal da Socioeducação, 2022).

Assim, a socioeducação seria uma forma de garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes em conflito com a lei, direitos esses adquiridos somente após algumas discussões, que até hoje caminham para novas mudanças e resoluções. Contudo, essas alternativas, atualmente aplicadas, são fruto de uma luta travada para que certas condutas, relacionadas às pessoas entre 12 e 18 anos de idade, fossem tomadas corretamente e as considerassem seres detentores de direitos específicos.

De um modo geral, antes da Constituição Federal de 1988 (CF, 1988) responsabilizar e pontuar de forma evidente os direitos que as crianças passam a ter, foi traçado pelos adolescentes, uma longa caminhada cheia de sofrimento e invisibilidade. Tiveram que vivenciar momentos de tortura e punições como forma de aprendizagem durante muito tempo. Entretanto, enquanto sofriam por não serem protegidos pela sociedade, foram pensadas medidas que zelassem pelo pleno desenvolvimento das crianças e jovens. Alguns marcos a seguir, deixarão explícitos momentos em que tal público passa a ser reconhecido como sujeitos detentores de direitos e merecedores de total atenção do Estado e sociedade.

Para assegurar então que essa labuta não prosseguisse, no Artigo 227 da Constituição Federal (1998) são estabelecidos alguns direitos e responsabilidades relacionados a família, a criança, ao adolescente e ao idoso, onde aborda que,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1998).

Sendo assim, esse seria o marco inicial que impulsiona e traz mais importância aos atores necessários para contribuir na garantia de direitos a tais indivíduos, além de dar a visibilidade e apoio necessário do qual precisam para se desenvolverem de uma melhor forma. Especificamente nos incisos IV e V, do parágrafo 3º, do Artigo 227 aborda a respeito dos adolescentes no âmbito infracional e do direito a sua proteção especial,

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica; V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade; (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1998).

Após um curto período, em 1990, é sancionada a Lei Federal nº 8.069 - Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, onde possui caráter garantista, aplicável para crianças e jovens com até 18 anos, cujo objetivo é reafirmar a proteção, os direitos e deveres à tais sujeitos. Traz importantemente, como forma inicial de orientação, que diferente dos adultos, os adolescentes cometem atos infracionais, sendo uma conduta descrita como crime ou contravenção penal, como previsto no art. 103 ao 105 da Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990). Não são punidos com os mesmos rigores das pessoas adultas, por serem considerados pessoas que não possuem completa maturidade para entender a consequência de seus atos.

A proteção estatal aos jovens no Brasil tem um dos instrumentos legais mais sofisticados do mundo, que é o Estatuto da Criança e do adolescente [...]. É um documento amplo, que trata de todos os aspectos concernentes diretamente ou indiretamente aos jovens: de sua proteção, de suas tutelas legais, das implicações de seus responsáveis, de seus direitos fundamentais como cidadãos em formação e das políticas adotadas nos níveis nacionais, estaduais e municipais brasileiros (MATOS-DE-SOUZA; SANTOS, 2019, p. 37).

Somente após a verificação e comprovação do ato, no processo judicial, o jovem é direcionado pela autoridade competente, que poderá aplicar ao mesmo, as medidas contidas no art. 112 do ECA (BRASIL, 1990), as quais são advertência, obrigação de reparo ao dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade,

internação em estabelecimento educacional ou qualquer uma prevista no art. 101, I ao VI (BRASIL, 1990).

No ano seguinte ao surgimento do ECA, nasce o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, criado pela Lei nº 8.242, que possui como atribuições,

Fiscalizar as ações de promoção dos direitos da infância e adolescência executadas por organismos governamentais e não-governamentais; Definir as diretrizes para a criação e o funcionamento dos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares; Estimular, apoiar e promover a manutenção de bancos de dados com informações sobre a infância e a adolescência; Acompanhar a elaboração e a execução do orçamento da União, verificando se estão assegurados os recursos necessários para a execução das políticas de promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil; Convocar, a cada três anos conforme a Resolução nº 144, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Gerir o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA (GOV, 2018).

Dando um salto extremamente importante para a socioeducação, em 1996, esse conselho aprovou as Resoluções nº 046 e 047, os quais regulamenta a execução da medida socioeducativa de internação e de semiliberdade previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90. Nesse momento, adentra o processo de reinserção social e o resgate da cidadania dos adolescentes em conflito com a Lei, a superlotação de unidades e má distribuição dos jovens internados, causa da desobediência no cumprimento das medidas, a relevância da família e comunidade para com esse sujeito e sua proteção integral, além de ocupar o adolescente com atividades educativas, de profissionalização e de lazer.

Em 2004, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a lei – PNAISARI, que “[...] tem como objetivo a inclusão dessa população no Sistema Único de Saúde – SUS, organizando e ampliando o acesso aos cuidados em saúde, privilegiando as intervenções intersetoriais e articulando as diversas políticas públicas” (Ministério da Saúde, 2021, pág. 5). Ou seja, deve garantir a saúde integral de adolescentes em conflito com a lei, seu bem-estar físico, mental e social, envolvendo suas condições de vida e de suas necessidades em saúde, contribuindo assim para a ressocialização dos adolescentes em atendimento socioeducativo.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004) publica em 2005, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que trata sobre a Proteção Social Especial, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade que inclui medidas socioeducativas destinada a famílias e indivíduos que se encontram em diversas situações, inclusive a de jovens que cumprem medidas socioeducativas. Nela são traçadas metas de suporte ao sujeito, envolvendo ainda mais a atuação das famílias,

serviços de apoio e sobrevivência, redes sociais de atendimento, além de formas distintas de garantir o direito do adolescente.

Avançando um pouco mais, nasce em 2006, por meio da Resolução nº 119/2006 o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), uma das políticas públicas que possui o intuito de regulamentar as medidas socioeducativas presentes no ECA, tendo um olhar mais a fundo para o resultado advindos de tais sendo “um importante documento normativo que visa promover uma ação educativa no atendimento ao adolescente, seja em meio aberto ou em casos de restrição de liberdade” (VERONESE E LIMA, 2009). Além do papel de monitoria, o SINASE deve acompanhar o modo que são cumpridas as medidas socioeducativas, fazendo uso de relatórios do Plano de Atendimento Individual (PIA) como mecanismo favorável à causa. Contudo, o SINASE é instituído através da Lei Federal nº 12.594 sancionada somente em 2012, onde,

unificou os procedimentos de aplicação e monitoramento das medidas socioeducativas pelo Sistema de Justiça bem como atribui a este sistema um novo papel de acompanhamento do cumprimento das medidas socioeducativas, mediante homologação e análise de relatórios do PIA - Plano de Atendimento Individual; inova também nos mecanismo de gestão, ampliando fontes de financiamento, explicitando competências das esferas de governo, criando um sistema de avaliação com o intuito de acompanhar e padronizar a gestão do atendimento socioeducativo; e por fim, introduz e explicita os direitos dos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, assegurando atendimento individualizado; atenção à saúde; inclusão nos sistemas públicos de ensino; capacitação para o trabalho, proibindo o isolamento e impondo o regramento dos regimes disciplinares; valorizando a participação da família no processo socioeducativo, a convivência familiar e comunitária e a inclusão social (ENS, 2014).

Em 2009, é publicada a Resolução nº 109/2009 (MDS, 2014) do qual trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e regulamenta o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), trazendo nela a descrição de objetivos, segurança, aquisições, trabalho social e garantias do mesmo, que favorecem para a exclusão do abandono daqueles que encontram-se em situações que necessitam de tais medidas.

Quatro anos depois, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (PNAS), foi aprovado por meio da Resolução CONANDA 160/2013, a qual

prevê ações articuladas, para os próximos 10 (dez) anos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte para os adolescentes que encontram-se em cumprimento de medidas socioeducativas, e apresenta as diretrizes e o modelo de gestão do atendimento socioeducativo (CONANDA, 2013).

Um ponto importante para reflexão, é a tentativa de englobar diferentes esferas em busca de oferecer sempre um serviço que atenda o jovem de forma eficiente e com a maior rede

de apoio. No caso desta resolução, a área da educação, saúde, assistência social, cultura, que contribui para a capacitação do trabalho e esporte vão fazer a diferença ao serem apresentadas aos jovens, como uma maneira de facilitar o processo de ressocialização.

No ano de 2014, representantes da socioeducação de todo país cria as bases metodológicas da Escola Nacional de Socioeducação (ENS), documento esse que incluía os Parâmetros de Gestão, Metodológicos e Curriculares da Escola Nacional de Socioeducação. Foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), contribuindo para as medidas aplicáveis a adolescentes envolvidos na prática de um ato infracional. No mesmo ano, o Ministério da Saúde realiza alterações na PNAISARI,

com o objetivo de atender ao que está estabelecido no Capítulo V, Seção I e Seção II da referida lei, culminando na publicação das Portarias GM nº1.082 e 1.083, ambas de 23/05/14 e que tem como objetivo levar o SUS para as instituições que desenvolvem programas de atendimento socioeducativos, o que favorece o fortalecimento de redes sociais de apoio, assim como, uma maior atuação das secretarias estaduais e municipais de saúde no aporte às necessidades de atendimento e manutenção dos serviços existentes nas unidades socioeducativas. (ENS, 2014)

Podendo novamente notar o fortalecimento do aporte aos serviços dos quais adolescentes que estão nesse contexto, necessitam. Para finalizar os marcos deste ano, em junho de 2014 o Conselho Nacional de Assistência Social publica a Resolução do CNAS nº 18/2014, que “dispõe sobre expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no exercício de 2014” (CNAS, 2014). Sendo assim, essa resolução vai garantir o convívio familiar e comunitário, além de auxiliar na autonomia individual, com a família e social. Tem também como objetivo fortalecimento do papel protetivo das famílias, acompanhamento da trajetória dos adolescentes, capacitação e orientação dos envolvidos, além de várias outras medidas que buscam por mais melhorias.

Por último, o marco mais recente, seria a instituição, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Portaria 04/2015 SDH/PR da Escola Nacional de Socioeducação (ENS) e suas formas de funcionamento, “cuja centralidade está na relação com os Núcleos Estaduais e na formação continuada para os diferentes profissionais que atuam direta ou indiretamente no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, garantindo unidade metodológica e curricular em todo o Brasil” (ENS, 2014). Sendo assim, a melhoria nesse momento estaria ligada aos profissionais e seu aprimoramento para oferecer um serviço cada vez mais eficiente, a fim de aumentar a qualidade e contribuição para com o sistema socioeducativo.

Pode ser observado até o momento que, para assegurar todos os aspectos instituídos no art. 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), como a vida, a saúde e alimentação, a educação e lazer, a profissionalização e cultura, a dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, além de colocar as crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, a trajetória traçada foi muito significativa, apesar da necessidade de possuir uma maior importância e visibilidade.

É evidente a ausência da comunidade e do Estado quando se refere principalmente ao acolhimento e cuidado com menores infratores, sendo fortemente sujeitos condenados de forma precoce por toda sociedade. A falta de análise do contexto é um dos fatores errôneos no julgamento de tais ações que praticaram, gerando consequências presentes e futuras dependendo de cada caso. Bases legais como as trazidas, mostram que ao desprezar medidas decisivas e necessárias que a época exige, gera de certo modo situações das quais muitas vezes são irreversíveis, perdendo mais uma pessoa para a vida da qual não consegue se livrar.

O suporte legal para a implementação de políticas a favor da socioeducação foi importantemente a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei. 8.069/90), na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei n. 12.594/12), bem como na Resolução n. 119 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, afirmado assim pelas autoras Moreira e Muller (2019).

Tidos estas como importantes bases legais, visto que é indispensável também a educação e o suporte dado pelo/a profissional que a media àqueles que seguem distante da realidade escolar e necessitam retornar. Ao identificar a ação infracional, de acordo com todas as leis/resoluções criadas e citadas anteriormente, os adolescentes seguem para receber as medidas socioeducativas cabíveis, sendo direcionados aos espaços que farão o processo de reinserção na sociedade, inicialmente pela educação. O ponto relevante nesse processo, realizado por diversos/as profissionais, é o acompanhamento devido que fortalece a corrente de que são pessoas necessitadas desse suporte gerador de mais oportunidades, sendo fundamental para a garantia de um futuro melhor.

Dessa forma, o profissional formado em pedagogia está incluso dentro desse atendimento ao sistema socioeducativo. O mesmo possui grandes possibilidades de atuação também em ambientes não escolares e para aclarar, a socioeducação é uma forma de mantê-lo exercendo papel significativo na educação, entretanto, num espaço diferenciado de forma administrativa e técnica junto com outros profissionais como psicólogos, assistentes sociais, advogados, além de auxiliares. Os espaços, que são utilizados para o acompanhamento dos

adolescentes, exploram de diversas maneiras as habilidades que possuem tais profissionais, ao realizarem indispensavelmente o ato da ressocialização.

No amparo ao sujeito necessitado de acolhimento, nesse caso pedagógico, é essencial a presença do/a pedagogo/a na socioeducação, fornecendo o suporte preciso para a inclusão do ser punido preliminarmente pela sociedade, sendo esse um procedimento favorável tanto ao professor/a que deseja atuar em áreas diferentes, quanto aos jovens que demandam dessa assistência.

Sendo assim, não existiria melhor maneira de compreender de forma significativa a prática exercida na socioeducação pelo/a pedagogo/a, notando as diferenciações dos espaços, das ações, do público alvo, da situação de cada sujeito e das metodologias aplicáveis, além de outras mais informações que fornecem a base para o entendimento da presença de adolescentes e profissionais nesse campo, do que ouvir a narração de uma pessoa que vive essa realidade, realizando a combinação de teoria e prática.

## CAPÍTULO 3

### A PEDAGOGA NA SOCIOEDUCAÇÃO

Novas experiências são carregadas de incertezas, sejam elas boas ou ruins. Para que possa saber como é a realidade de qualquer coisa que seja, você necessita vivenciá-la. Vão haver relatos sobre, opiniões diversas, falas inspiradoras ou até mesmo desestimulantes, entretanto, não foram vividas por você. Os conhecimentos serão adquiridos e chegará o momento do qual eles devem ser colocados em prática, sendo esses saberes absorvidos durante toda vida. O melhor entendimento que podemos ter, é o de que nem tudo sabemos e que tudo podemos aprender, seja sozinho ou como o outro, basta apenas estar apto ao recebimento de novos saberes.

Renata (nome fictício) traz sua experiência e nos estimula a vivenciar os nossos próprios momentos, sendo eles em qualquer instante da vida. Ela foi a profissional atuante na socioeducação escolhida para ser entrevistada, e através de uma pesquisa narrativa, tenta projetar em sua fala toda a experiência que viveu na educação, desde a escolha de sua profissão, até o seu período de inserção e exercício na área socioeducativa. Ela concordou em relatar sua trajetória escolar, seus curtos momentos de prática na faculdade, a escolha profissional e os campos de exercício dos quais passou, além de aprendizagens que colaborou para seu aprimoramento e ensinamentos que pôde transmitir.

Pensando numa melhor forma de compreensão, a pedagoga inicia sua narrativa de modo livre, guiada apenas pela pergunta disparada a respeito do início de sua formação até o período atual. Essa, não identifica a unidade onde trabalha e não minucia informações pessoais, já que as mesmas são sigilosas. Para que pudesse revelar informações mais detalhadas, além da realização da visita no espaço, era necessário a entrega de uma documentação onde garante os direitos dos adolescentes e profissionais, direitos esses relacionados à privacidade em todo o processo, o que não ocorreu.

Dessa maneira, para que nada fosse perdido, ela concorda em relatar o máximo de informações que lhe fossem permitidas via chamada de vídeo, pois a mesma estava em seu horário de trabalho. Foi aberta uma videoconferência a qual possibilitou que nos cumprimentássemos informalmente, e logo iniciamos a gravação de voz, pois não se permitia o uso de imagem. A pergunta foi feita e deixei que narrasse de forma livre seu trajeto percorrido até o momento. De início, em sua fala, ela argumenta a respeito do grande e único desejo que possuía em exercer a função como pedagoga,



Não sei quando foi que eu decidi ser professora, desde que eu me lembre (risadas). Sempre quis ser professora! Quando era criança brincava de professora, até para estudar para as provas, fingia que estava ensinando meus alunos para aprender a fazer a prova. Aí, passei pelas provas do PAS na UnB para pedagogia, e nem tive outra opção de escolha em mente, foi só a pedagogia mesmo e fiquei durante quatro anos (RENATA, 2023).

Dito isso, alguns fatores passados de sua vida que influenciaram em sua escolha, foram introduzidos na narrativa, como sua infância, onde grande parte das brincadeiras envolvia a profissão, na fase escolar em que usava o imaginário como uma estratégia de absorção e fixação de conteúdos, até ser feita a escolha, formando assim, sua identidade profissional. Seria de grande importância refletir em sua fala, o desejo da mesma em atuar com aquilo, não deixando que estereótipos comuns como “péssima remuneração”, “você leva jeito com crianças” ou “você é paciente, poderia ser professora” interferissem em sua escolha.

Após relatar sobre sua decisão profissional, adentra às problemática que enfrentou na faculdade a respeito de conhecimento relacionados a outras áreas de possíveis atuações, porém, argumenta que o pouco que comentavam sobre, acontecia em curtos momentos, sempre retornando a conversa à áreas escolares e crianças,

Não vemos muitas áreas nas quais podemos atuar, vê mais o pessoal falando que não tem só a sala de aula, tem pedagogia empresarial, hospitalar, mas não tem matérias abertas para saber mais. A única matéria diferente que fiz na Faculdade de Educação fora do ambiente escolar, foi a hospitalar, matéria Classe Hospitalar, além de um estágio no HUB. Foi a única que eu vi fora da área, mas tinha um professor que tinha um projeto com adultos num sistema penitenciário. Não sabia que existia essa área que estou atualmente, não tive acesso a ela na graduação (RENATA, 2023).

Dessa forma, criticamente ela diz que houve uma falta de oferta de disciplina por parte da Faculdade de Educação na Universidade de Brasília, na qual se formou, que possibilitasse aos estudantes a busca por outras alternativas das quais poderiam atuar. Antes da oferta, uma introdução aos ingressantes das possibilidades no mercado de trabalho existentes para os que cursam pedagogia, facilitaria até mesmo nas escolhas de disciplinas optativas que envolvam seu desejo.

Ao falar sobre as possibilidades, Renata se lembra de seu desejo pela pedagogia hospitalar e não só das limitações em relação ao currículo, mas de seus momentos na faculdade que possibilitaram essa oportunidade de vivenciar o mínimo que fosse dessa realidade no estágio, executando algumas ações no Hospital Universitário de Brasília (HUB). Frisa que as etapas de estágio focaram muito no público infantil e no espaço escolar, limitando outros campos viáveis existentes, e conseqüentemente foi sua primeira ocupação após o fim do processo de graduação,

Depois que me formei, já fui para sala de aula, que é o maior mercado para nós. Tanto particular, quanto público é uma demanda grande, então acaba que a maioria segue esse caminho. Durante a época que eu queria passar num concurso público, surgiu esse concurso na época para pedagogo na Secretaria da Criança, que agora é Secretaria da Justiça e como era na minha área, eu fui fazer, sem saber muito como seria a atuação. Fiz porque queria passar num concurso. Fui saber mesmo o trabalho na prática (RENATA, 2023).

Nesse momento, ela traz uma reflexão preocupante a respeito da formação e orientação que a faculdade passa para os discentes com relação à educação formal e não formal e quanto ao molde impositor que eles devem seguir para agradar as necessidades da sociedade, que retornaria seus investimentos nos estudos de forma financeira. A dúvida estaria ligada aos que não se sentem pertencentes aos ambientes dos quais a faculdade fornece, entretanto, tem o forte desejo em permanecer na profissão e atuar significativamente na formação do ser humano e seu aspecto integral. Caso consiga reservar um tempo para ouvir os estudantes, como fizeram Aquino e Saraiva (2011), onde conseguiram perceber, através da escuta, que são diversos os desejos de atuação dos discentes em espaços distintos, chegaria à conclusão de que o motivo que os desestimulam a procurar outros campos de exercício é o comodismo e aceitação.

Como a entrevistada, teve sua formação na Universidade de Brasília (UnB), nada mais justo que analisar a matriz curricular que é ofertada para a graduação em pedagogia na Faculdade de Educação da UnB. No próprio site, a decisão do currículo atual se embasou no resultado de um longo debate e,

de vários anos de discussão pela comunidade acadêmica da FE e reflete em grande parte as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, que vigoram desde abril de 2006. Esse Projeto propicia aporte teórico, metodológico e político para inserção do Pedagogo no mundo do trabalho, capacitado para contribuir com as transformações inerentes ao campo social (UNB, 2018).

Com base nisso, a ideia inicialmente que se pode ter seria a apresentação de uma abordagem geral da pedagogia, como forma de introdução aos estudantes sobre o curso e sobre as possíveis oportunidades no mundo do trabalho, tanto de forma teórica, quanto prática. Navegando um pouco mais no site, encontra-se a matriz curricular e o projeto político pedagógico atual da instituição, que evidencia algumas probabilidades de exercício, contudo, dando ênfase a determinadas áreas.

Nos três primeiros semestres o foco teoricamente está em evidenciar o que seria a pedagogia, sua especificidade em cada área e sua dimensão, mostrando de forma mais ilustrada a tabela abaixo as disciplinas de fundamento, de acordo com o fluxo determinado a ser seguido pelos discentes.

**TABELA 1 - MATRIZ CURRICULAR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNB**

| <b>MATRIZ CURRICULAR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNB (NOVO 2018)</b> |                    |  |             |
|---|--------------------|--|-------------|
| <b>P</b>  | <b>DISCIPLINAS</b> | <b>MODALIDADE</b>                          |             |
| 1°  | 1                  | Antropologia da Educação                   | Obrigatória |
|   | 2                  | Psicologia da Educação                     | Obrigatória |
|   | 3                  | Introdução à Pedagogia                     | Obrigatória |
|   | 4                  | Filosofia da Educação                      | Obrigatória |
|   | 5                  | Educação, Comunicação e Tecnologias        | Obrigatória |
| 2°  | 6                  | História da Educação                       | Obrigatória |
|   | 7                  | Infância, Criança e Educação               | Obrigatória |
|   | 8                  | Sociologia da Educação                     | Obrigatória |
|   | 9                  | Pesquisa em Educação                       | Obrigatória |
|   | 10                 | Educação Inclusiva                         | Obrigatória |
| 3°  | 11                 | História da Educação Brasileira            | Obrigatória |
|   | 12                 | Educação Infantil                          | Obrigatória |
|   | 13                 | Processos de Alfabetização e Letramento    | Obrigatória |
|   | 14                 | Didática Fundamental                       | Obrigatória |
|   | 15                 | Escolarização de Surdos e Libras           | Obrigatória |
| 4°  | 16                 | Organização da Educação Brasileira         | Obrigatória |
|   | 17                 | Educação de Jovens, Adultos e Idosos       | Obrigatória |
|   | 18                 | Educação Matemática 1                      | Obrigatória |
|   | 19                 | Currículo                                  | Obrigatória |
|   | 20                 | Educação das Relações Étnico-raciais       | Optativa    |
|   | 21                 | Educação em Artes                          | Optativa    |
| 5°  | 22                 | Ensino de História, Identidade e Cidadania | Obrigatória |
|   | 23                 | Ensino de Ciências e Tecnologia I          | Obrigatória |
|   | 24                 | Ensino e Aprendizagem da Língua Materna    | Obrigatória |

|    |    |   |             |
|----|----|---|-------------|
|    | 25 | Educação em Geografia I   | Obrigatória |
|    | 26 | Estágio Supervisionado I:Educação Infantil                          | Obrigatória |
|    | 27 | Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPEX)                     | Optativa    |
| 6° | 28 | Gestão das Organizações Educativas                                  | Obrigatória |
|    | 29 | Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais (crianças ou adultos/EJAI) | Obrigatória |
|    | 30 | Ensino de Ciências e Tecnologia II                                  | Optativa    |
|    | 31 | Educação, Ambiente e Sociedade                                      | Optativa    |
|    | 32 | Educação em Geografia II  | Optativa    |
| 7° | 33 | Políticas Públicas de Educação                                      | Obrigatória |
|    | 34 | Educação e Trabalho   | Obrigatória |
|    | 35 | Estágio Supervisionado III:Gestão Escolar                           | Obrigatória |
|    | 36 | Educação Matemática II  | Optativa    |
|    | 37 | Gestão de Programas e Projetos Educacionais                         | Optativa    |
| 8° | 38 | Trabalho Final de Curso I   | Obrigatória |
|    | 39 | Estágio Supervisionado IV: Espaços Educativos não-Escolares         | Obrigatória |
|    | 40 | Financiamento da Educação   | Optativa    |
|    | 41 | Educação e Linguagem Tecnológica                                    | Optativa    |
|    | 42 | Gênero e Educação   | Optativa    |
| 9° | 43 | Avaliação das Organizações Educacionais                             | Obrigatória |
|    | 44 | Trabalho Final de Curso II  | Obrigatória |
|    | 45 | Planejamento Educacional  | Optativa    |
|    | 46 | Educação a Distância  | Optativa    |
|    | 47 | Educação Profissional e Tecnológica                                 | Optativa    |

(Elaboração própria, baseada no site da FE)

Até o terceiro período, não se percebe uma disciplina específica que trate da temática do pedagogo fora do ambiente escolar, podendo ser salientado o fato do foco disciplinar estar voltado exclusivamente para a Educação Básica. No quarto período, surge a disciplina

Educação de Jovens, Adultos e Idosos, introduzida como obrigatória somente a partir de 2019, de acordo com dados do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, sendo ela uma das matérias que traz uma outra realidade para o discente, talvez até o primeiro contato com um público diferente do habitual. Essa disciplina passou a ser obrigatória recentemente, e era assim como muitas optativas, fundamental para apresentar aos estudantes os possíveis debates que venham a surgir com relação a ambientes e pessoas que podem instruir.

Além dessa disciplina, um possível outro contato seria na fase de estágios, especificamente no oitavo período, onde seria em espaços não escolares, cabendo ao aluno escolher um local que tenha a presença do pedagogo e acompanhar tal processo. Os outros períodos carregam também grande importância em suas disciplinas, assim como algumas evidenciam o papel de tal profissional com outros públicos, sendo jovens, adultos, idosos ou pessoas com algum tipo de limitação. A finalidade aqui não é criticar de forma negativa a matriz curricular, até porque ela carrega uma rica estrutura contribuinte para a construção dos discentes, mas seria refletir se o que é dito no Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia está sendo seguido, “[...], enfatizando e especificando a atuação do pedagogo na docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental (regular/EJAI), em experiências de gestão escolar e não escolar e em espaços educativos não escolares” (PPP, 2018, pág. 38).

Esse currículo não faz parte da trajetória de Renata, já que a mesma estava no currículo antigo da Faculdade de Educação, que teve sua vigência até o final do ano de 2018, podendo ter sido ainda menor o acesso, em sua época, a disciplinas não obrigatórias como essas. O que chama atenção seria a centralidade do currículo antigo, pois o mesmo tinha como base docente a ênfase na atuação do pedagogo em ambientes escolares e não escolares, enquanto o atual, busca ênfase na formação docente e atuação do pedagogo prioritariamente no espaço escolar. Dessa forma, a conclusão da qual se chega, seria de que a inclusão das novas disciplinas não está associada à exploração de outros mercados de trabalho, e sim conhecer diferentes formas de atuar como docente na escola. Sendo assim, o currículo antigo, por mais que não houvesse tantas disciplinas voltadas ao estudo das distintas formas de atuação, tinha um foco maior em evidenciar isso ao estudante.

Primordialmente, o local onde Renata desejou exercer seu ofício foi na área hospitalar, onde com base no currículo de 2018, seria permitido o contato através dos estágios de forma mais autônoma, na busca de oportunidades e disponibilidade para exercer sua contribuição como estudante nesse campo. Contudo, decidiu logo de início, que a alternativa mais viável

seria a ida dela para o espaço escolar, já que sentiu um maior direcionamento para essa área e notou que as oportunidades para esse tipo de trabalho, surgem com mais regularidade.

De modo claro, a decisão da mesma foi influenciada pela sociedade e principalmente, pelo direcionamento da universidade ao não tratar outras dimensões das quais poderia exercer a função de pedagoga. Grande parte das matérias obrigatórias giram em torno de ambientes escolares e público infantil. Se o contato foi tardio ou escasso, houve uma falha enorme da instituição que não proporcionou diferentes visões possíveis para o formando das quais necessitava, já que é a mesma que possui saberes e capacidade para isso. Não há outro local, com mais facilidade, que o discente possa adquirir tais conhecimentos, a não ser a faculdade, que deveria oportunizá-los da melhor forma.

Na entrevista a profissional não cita em nenhum momento a frente que seu interesse pela área diminuiu, pelo contrário, relata que houve recentemente um processo seletivo na área hospitalar que a muito tempo não via a chance e decidiu tentar. Porém, relatou que suas dificuldades em relação às oportunidades aumentaram, por estar estudando com menos constância e pela pressão de não saber em que outro momento, caso esse não for o ideal, ela possa tentar novamente, já que é baixa a probabilidade de liberarem mais vagas como esta.

O ponto central para refletir em sua fala, seria a limitação nos horizontes dos futuros profissionais que desejam atuar em espaços diferentes, dos quais a sociedade necessita grandemente. Se a área mais vasta de oportunidades para o profissional que cursa pedagogia é o espaço escolar, seria vantajoso e o diferencial para tais, irem em busca de campos dos quais sua presença é fundamental e que não seja tão concorrido, tendo o/a pedagogo/a em cada espaço necessário que possa imaginar,

O discurso da faculdade desde o início era esse, de que não era somente escolar. Mas quando surgiu o interesse para descobrir mais sobre outras áreas, as matérias do currículo, eram em grande parte para a área escolar. Eles falavam de outras áreas, mas ao mesmo tempo, não tinha as opções de disciplina para você cursar na área de interesse. Então, o que eu tive de opções, para ver onde eu poderia atuar que não fosse em escola, foi depois de formada, procurando as opções no mercado de trabalho (RENATA, 2023).

Navegando por um dos sites que colabora para obter conhecimento a respeito de vagas disponíveis para concursos em vários lugares, o PCI Concursos é uma opção de busca para os que procuram sempre atualizações das possibilidades disponíveis para atuação em diversos órgãos. Analisando algumas hipóteses na área da pedagogia, como primeiro desafio, nota-se a falta de oportunidades no DF nos últimos anos. De 2015 pra cá, vários editais foram abertos para que tal profissional trabalhasse com gestão de concursos, institutos federais, associações, faculdades e em outros órgãos que se viu necessário sua presença. Contudo, abaixo segue um

recorte das possibilidades para que se possa refletir um dos vários motivos pelos quais Renata, não conseguiu atuar onde desejava, inclusive em sua cidade natal.

### IMAGEM 1 - DADOS DOS ÚLTIMOS ANOS DE CONCURSOS NA ÁREA DE PEDAGOGIA.

| Prova (clique para fazer download)  | Ano  | Órgão                     | Instituição | Nível    |
|---|------|---------------------------|-------------|----------|
| ▶ <a href="#">Agente de Defensoria Pública - Pedagogo</a>                                 | 2015 | DPE/SP                    | FCC         | Superior |
| ▶ <a href="#">Agente Técnico - Pedagogo</a>   | 2013 | MPE/AM                    | FCC         | Superior |
| ▶ <a href="#">Agente Técnico de Nível Superior I / Coordenador de Programa - Pedagogo</a> | 2016 | Pref. Alfenas/MG          | UNILAVRAS   | Superior |
| ▶ <a href="#">Agente Técnico de Nível Superior I / Coordenador de Programa - Pedagogo</a> | 2016 | Pref. Alfenas/MG          | UNILAVRAS   | Superior |
| ▶ <a href="#">Analista - Grupo Especial - Pedagogo</a>                                    | 2019 | Pref. Boa Vista/RR - SMAG | SELECON     | Superior |
| ▶ <a href="#">Analista - Judiciário - Pedagogo</a>  | 2021 | TJRO/TCERO                | FGV         | Superior |
| ▶ <a href="#">Analista - Pedagogo</a>   | 2013 | CONDER                    | FGV         | Superior |
| ▶ <a href="#">Analista Ambiental - Pedagogo</a>   | 2016 | SEMA - SEGEP/MA           | FCC         | Superior |
| ▶ <a href="#">Analista de Correios - Pedagogo</a>   | 2011 | CORREIOS                  | CESPE       | Superior |
| ▶ <a href="#">Analista de Gestão - Pedagogo</a>   | 2014 | CBTU/RJ                   | CONSULPLAN  | Superior |

|  |      |                                  |              |          |
|--|------|----------------------------------|--------------|----------|
| ▶ Analista de Gestão Socioeducativa - Pedagogo           | 2013 | FUNASE                           | UPENET/IAUPE | Superior |
| ▶ Analista de Políticas de Assistência Social - Pedagogo | 2010 | SECT/GO                          | FUNCAB       | Superior |
| ▶ Analista de RH - Pedagogo                              | 2002 | CHESF                            | CESPE        | Superior |
| ▶ Analista de Saneamento - Pedagogo                      | 2018 | COPASA/MG                        | FUMARC       | Superior |
| ▶ Analista de Trânsito - Pedagogo                        | 2009 | DETRAN/DF                        | CESPE        | Superior |
| ▶ Analista do Serviço de Trânsito - Pedagogo             | 2015 | DETRAN/MT                        | UFMT         | Superior |
| ▶ Analista em Assuntos Sociais - Pedagogo                | 2022 | Pref. Goiânia/GO                 | UFG          | Superior |
| ▶ Analista em Políticas Sociais e Econômicas - Pedagogo  | 2015 | Pref. Jaboatão dos Guararapes/PE | AOCP         | Superior |
| ▶ Analista em Saúde Pública - Pedagogo                   | 2015 | FUNDASUS                         | AOCP         | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Apoio Especializado - Pedagogo   | 2017 | TJ/PE                            | IBFC         | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Pedagogo                         | 2021 | TJ/RO                            | FGV          | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Pedagogo                         | 2015 | TJ/RO                            | FGV          | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Apoio Especializado - Pedagogo   | 2017 | TJ/PE                            | IBFC         | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Pedagogo                         | 2021 | TJ/RO                            | FGV          | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Pedagogo                         | 2015 | TJ/RO                            | FGV          | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Pedagogo                         | 2014 | TJ/GO                            | FGV          | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Pedagogo                         | 2012 | TJ/PE                            | FCC          | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Pedagogo                         | 2012 | TJ/RO                            | CESPE        | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Pedagogo                         | 2009 | TJ/AP                            | FCC          | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Pedagogo                         | 2007 | TJ/PE                            | FCC          | Superior |
| ▶ Analista Judiciário - Pedagogo                         | 2005 | TJ/MA                            | ESAG         | Superior |
| ▶ Analista Sociocultural - Pedagogo                      | 2018 | SAP/SP                           | MSCONCURSOS  | Superior |
| ▶ Analista Superior I - Pedagogo                         | 2011 | INFRAERO                         | FCC          | Superior |



|  |      |                          |                      |          |
|--|------|--------------------------|----------------------|----------|
| ▶ Analista Superior I - Pedagogo                             | 2009 | INFRAERO                 | FCC                  | Superior |
| ▶ Analista Técnico - Pedagogo                                | 2010 | FUNDAÇÃO CASA            | VUNESP               | Superior |
| ▶ Analista Técnico Científico - Pedagogo                     | 2016 | MP/SP                    | VUNESP               | Superior |
| ▶ Analista Trainee - Pedagogo                                | 2008 | METRÔ/SP                 | FCC                  | Superior |
| ▶ Área de Conhecimento - Professor Pedagogo                  | 2022 | SEED/PR                  | INSTITUTO CONSULPLAN | Superior |
| ▶ Área de Conhecimento - Professor Pedagogo                  | 2021 | SEED/PR                  | INSTITUTO CONSULPLAN | Superior |
| ▶ Coordenador Pedagógico - Orientador Educacional - Pedagogo | 2018 | Consórcio do Trairi/RN   | FUNCERN              | Superior |
| ▶ Educador Pedagogo  | 2012 | Pref. Altos/PI           | IMA                  | Superior |
| ▶ Especialista de Serviços Públicos - Pedagogo               | 2016 | Pref. Uberaba/MG         | Gestão de Concursos  | Superior |
| ▶ Especialista em Educação Básica - Pedagogo                 | 2016 | Pref. Bonito de Minas/MG | COTEC/UNIMONTES      | Superior |
| ▶ Especialista em Saúde I - Pedagogo                         | 2012 | Pref. Cubatão/SP         | VUNESP               | Superior |
| ▶ Extensionista Rural - Área Social - Pedagogo               | 2012 | SECAD/TO                 | AOCP                 | Superior |

(Fonte: PCI Concursos. <<https://www.pciconcursos.com.br/provas/pedagogo/>>.

Atualização: 2023)

Quando se pesquisa as vagas de modo geral no site, ele apresenta o resultado das que foram liberadas do ano de 2002 a frente na área da pedagogia. Ao selecionar a opção “Centro Oeste”, são apresentados concursos abertos e com previsão de abertura, onde é evidenciado a pouca oferta no Distrito Federal. Na coluna intitulada como “Órgão” pode ser observado os estados que ofertaram tais disponibilidades e o mais perto da realidade do público de Brasília seria o Goiás, mesmo assim, bem distante. Tais dados, na tabela acima, traz com clareza as últimas divulgações de vagas, sendo a mais recente, divulgada em 2021, não sendo exposto no site PCI, a abertura de novos editais.

Navegando um pouco mais conclui-se que até mesmo um site que seria a base fundamental de pesquisa para o interessado, acaba também não fornecendo todas as necessárias informações, o fazendo buscar por outros meios de pesquisa. Já no site da Secretaria de Educação, possui o Edital nº 31, de 30 de julho de 2022, que ofertou de forma mais recente, vagas para o cargo de Professor de Educação Básica, além de outras como Pedagogo – Orientador Educacional, Gestão Educacional e Gestão em Políticas Públicas. Vagas essas que não apareceram no site da PCI, mesmo pesquisando na região em específico.

Como o desejo da pedagoga era voltado à área hospitalar e no Distrito Federal, ela não teve acesso a oportunidade através do PCI, mas sim por meio do site da Rede Sarah, que publicou o Edital do processo seletivo nº 1 a 7/2022, de 5 de agosto de 2022 destinado à contratação para o cargo de Professor Hospitalar.

Renata nos diz que sua primeira atuação foi por meio do concurso para professor temporário na Secretaria de Educação do DF, assim que finalizou o curso na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, e a partir daí soube um pouco da realidade que vivenciou nos estágios pedidos para formação e pôde colocar em prática grande parte de seus conhecimentos teóricos em curtos períodos que era chamada para cumprir uma carência. Entretanto, Carvalho (2022) argumenta que isso diminui a necessidade iminente por concurso público,

Essa precarização do pessoal da educação é também uma estratégia neoliberal de sucateamento da educação, uma vez que os/as profissionais que poderiam se dedicar a um concurso público para contratação efetiva acabam se submetendo a processos seletivos para contratação temporária, em condições de trabalho inferiores às dos efetivos. Isso cria um desequilíbrio na carreira do magistério público, e é uma bomba relógio prestes a explodir (SINPRO-DF, 2022)

Como recém formada, teria facilidade com conteúdos mais frescos para realizar provas que trouxessem a estabilidade da qual tanto desejava. Mesmo assim, soube aproveitar a oportunidade como profissional temporária, ao mesmo tempo que buscou por outras alternativas, sem deixar se levar pela acomodação no cargo. Com essa experiência, ela pôde afirmar que os conteúdos que absorveu do curso de graduação, ajudam bastante, mas não são tão vantajosos para sua área,

[...] eu tive e tenho que me aprimorar sempre. Faço uso com eles (adolescentes) bastante da didática, o vínculo, num primeiro atendimento você tem que traçar uma relação, ter uma didática e uma maneira de abordagem. Contudo, a secretaria nos dá cursos, cursos esses fundamentais para saber como trabalhar com esse jovem na socioeducação, por meio também da escola de governo da socioeducação. Então, a faculdade ajuda por nos dar a base, mas se fosse somente ela, não daria para atuação (RENATA, 2023).

Dessa forma, podemos saudar as possibilidades que a faculdade fornece e ao mesmo tempo, atentarmos a falta de alternativas para atuação, que nesse caso, se limita ao conhecimento dentro do espaço escolar. Não se pode, e nem a mesma teria tempo de explicar, como o profissional que deseja formar-se na área pode atuar ou os diversos campos que o mesmo pode estar presente. Contudo, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (2018), a graduação deve colaborar para a formação do profissional em diversos âmbitos, não podendo restringir sua participação onde a sociedade necessitar.

O perfil profissional do egresso do curso de pedagogia é de professores formados para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, para os diferentes sujeitos da aprendizagem, bem como para exercerem atividades de planejamento, implantação e avaliação de programas e projetos educativos em espaços organizacionais onde a atuação profissional do pedagogo seja demandada (PPPC, UNB. 2018. pág. 8).

Como observado na tabela acima, o currículo do curso de pedagogia da UnB está muito centrado em levar os discentes para uma atuação direcionada a públicos e espaços determinados. Desse modo, limita sua presença e seus saberes ao estereótipo social, o qual determina que o campo de exercício dessa profissão não pode ser, se não, o escolar. Entretanto, o conhecimento do pedagogo deveria ser amplo o bastante para ter a base de saberes de todos os campos de atuação, como afirma Libâneo (2007),

Assim, reivindica-se, com toda a legitimidade, a presença atuante de profissionais dotados de capacitação pedagógica para atuarem nas mais diversas instituições e ambientes da comunidade: nos movimentos sociais, nos meios de comunicação de massa, nas empresas, nos hospitais, nos presídios, nos projetos culturais e nos programas comunitários de melhoria da qualidade de vida (LIBÂNEO, 2007).

Renata não poupou esforços na realização de concursos na área, pois sempre frisou que seu foco era a estabilidade financeira. Sendo assim, desfrutou da oportunidade de vivenciar cinco anos como professora temporária e dois anos como efetiva na rede pública até o momento de adentrar a área socioeducacional. Nessa jornada rumo a feição de concursos que surgiam, ela se deparou com o edital que a proporcionou novas possibilidades. Com coragem, realizou a prova,

Esse concurso eu fiz antes do efetivo. Porém, o processo dele é mais demorado por se tratar de questões relacionadas à justiça e dos menores infratores. Tive a prova objetiva, depois o teste psicotécnico, tiveram que ver meus antecedentes criminais e curso de formação também. Então, foi um processo mais demorado, que acabou junto com o do efetivo. Fui chamada quase que então no mesmo tempo do efetivo (RENATA, 2023).

O imediatismo poderia ser um impasse para que ela trabalhasse ali, assim como pode ser um ponto de reflexão para os impedimentos que existem, desmotivando o profissional a atuar em espaços fora do comum. Contudo, ela esperou todo processo, e mesmo sem sequer saber o que enfrentaria, decidiu exercer sua contribuição para a sociedade e um público necessitado de atenção pedagógica. Hoje, a mesma discute com propriedade sobre o assunto, e traz em sua narrativa, falas que faz com que imaginemos sua atuação,

Na socioeducação, estou trabalhando no meio aberto agora, que seria o adolescente ter passado pelo processo judicial e foi sentenciado a ficar em liberdade assistida, estando livre em casa, prestando conta para nós ou realizando serviço a comunidade. Mas, tem outras medidas como a semiliberdade, que é onde ele fica numa casa determinada, mas pode sair para estudar e trabalhar, desde que volte. E tem a internação, que priva a liberdade até decisão judicial. Então cada um desses meios tem

diferentes atuações. Já tive experiência com internação também. Quando os adolescentes chegam aqui, ele comete um ato infracional, não podemos dizer que é um crime, por ter a idade inferior a 18 anos (RENATA, 2023).

Nesse momento da entrevista, ela consegue nos descrever com detalhes como ocorre o processo. Fala sobre suas atribuições como Especialista Socioeducativa - Pedagoga, e o acompanhamento de seis meses que faz com jovens após o mesmo ter recebido a sentença,

Então cometeu o ato, foi detido, passou pelo juiz que determinou a vinda dele para cá. No primeiro momento acontece a acolhida do mesmo com a família, por ser menor, explicamos a medida e como funciona por não conhecerem, e outros por serem reincidentes, não é necessário o processo. No meio aberto, a justiça entendeu que não é um ato grave, que não representa risco para sociedade e que ele tem um suporte familiar, que conta muito nessa decisão. Se a justiça entender que a família tem esse aporte para o jovem não voltar a realizar esse ato, (o nosso objetivo aqui é dar oportunidades para eles que até então não tinham, para que não volte a cometer outro ato infracional) então nós iremos encaminhar para estágios, aparece várias vagas, e muitos dizem que estão roubando ou traficando por falta de dinheiro, ou a mãe/pai não trabalha e estão precisando. Então, mandamos para o estágio, para cursos profissionalizantes, para a escola, por muitos evadirem da escola também (RENATA, 2023).

Para cada indivíduo é criado um Plano Individual de Atendimento (PIA), no qual inclui metas que o menor infrator deve atingir para melhorar seu desenvolvimento e contribuir para com a sociedade, metas essas relacionadas a educação (frequentar as aulas, fazer matrícula), profissionalização (cursos, estágios), saúde (fazer acompanhamento no posto, encaminhar para algum serviço mais especializado). O objetivo seria então realizar um acompanhamento da vida do jovem, tentando fazer alguns encaminhamentos a fim dele não voltar a infracionar. Após esse período semestral, a função da pedagoga é enviar um relatório completo ao judiciário com os resultados obtidos durante esse tempo e as mudanças que ocorreram, sejam elas negativas ou positivas.

Ao ouvir atentamente a narração de Renata, consegue-se obter dados dos quais evidenciam os obstáculos enfrentados pelos adolescentes, como em relação a evasão escolar, pela grande maioria receptora desse atendimento ter idade entre 14 e 16 anos e estarem em anos escolares inferiores aos que deveriam estar, além de ser um público do qual a sociedade esquece que necessita bastante de uma atenção pedagógica e psicológica, pois é ainda nessa fase que estão descobrindo e entendendo quais são as consequências de seus atos. Como comprovação do que foi dito pela profissional, o último levantamento de dados do SINASE, em 2017, realizou uma análise da faixa etária dos adolescentes incluídos no sistema educativo, chamando atenção para o alto número de jovens com idade de 16 a 17 anos, chegando a mais de 460 somente no Distrito Federal.

## IMAGEM II - LEVANTAMENTO DE DADOS - SINASE

**Tabela 10 - Faixa Etária do Adolescente do Sistema Socioeducativo nas UFs / 2017**

| UF | 12 a 13 anos |   |       | 14 a 15 anos |    |       | 16 a 17 anos |    |       | 18 a 21 anos |    |       | TOTAL |
|----|--------------|---|-------|--------------|----|-------|--------------|----|-------|--------------|----|-------|-------|
|    | M            | F | Total | M            | F  | Total | M            | F  | Total | M            | F  | Total |       |
| AC | 6            | 5 | 11    | 114          | 30 | 144   | 375          | 52 | 427   | 300          | 10 | 310   | 892   |
| AL | 2            | 1 | 3     | 22           | 3  | 25    | 112          | 3  | 115   | 91           | 1  | 92    | 235   |
| AM | 1            | 0 | 1     | 20           | 1  | 21    | 122          | 5  | 127   | 21           | 2  | 23    | 172   |
| AP | 0            | 0 | 0     | 17           | 2  | 19    | 20           | 3  | 23    | 53           | 7  | 60    | 102   |
| BA | 3            | 1 | 4     | 67           | 11 | 78    | 351          | 15 | 366   | 249          | 0  | 249   | 697   |
| CE | 22           | 1 | 23    | 132          | 10 | 142   | 595          | 26 | 621   | 251          | 1  | 252   | 1038  |
| DF | 10           | 0 | 10    | 186          | 7  | 193   | 437          | 29 | 466   | 157          | 9  | 166   | 835   |
| ES | 16           | 0 | 16    | 35           | 0  | 35    | 492          | 19 | 511   | 21           | 1  | 22    | 584   |
| GO | 4            | 1 | 5     | 55           | 9  | 64    | 233          | 16 | 249   | 66           | 6  | 72    | 390   |

(Fonte: Pesquisa do Levantamento Anual SINASE, pág. 38)

Pode ser salientado, a evasão escolar, já que o ideal seria os mesmos estarem no ensino médio, e opostamente, ocorre o abandono. Dessa forma, não cabe apenas analisar qual foi a infração cometida e a medida aplicada, e sim questões pessoais, raciais, sociais, de gênero, econômicas e educacionais, em um contexto geral, na tentativa de encontrar o motivo pelo qual o jovem se encontra naquela condição. Há vários casos que deixam a situação bem específica, então cabe uma análise dos profissionais para cada adolescente que chega no espaço,

Tem jovem que praticou um ato isolado, porque sabemos que a adolescência é um período que pode haver rebeldia, onde achamos saber de tudo e detentor do poder, e tem uns que estão ali por aceitarem que é a sua vida e gostar. Então, esse é um pouco mais difícil de conseguirmos mostrar para ele o que pretendemos, por querer continuar ali. E tem aqueles que estão na família, onde ela está envolvida e é ainda mais difícil de evidenciar uma saída. São vários casos (RENATA, 2023).

Por conta da complexidade no processo, a equipe é composta por um pedagogo, um psicólogo e um assistente social, todos contribuindo para o caso, cada um com os conhecimentos adquiridos em sua área. Então, há momentos que o atendimento ocorre de forma individual apenas com o adolescente, mas também de forma coletiva, com ele e todos os profissionais envolvidos, e quando necessário, somente os profissionais para analisarem as alternativas de condução daquele jovem para uma vida mais harmônica. Para que ocorra essa condução, os mesmos possuem contato com várias escolas, e em estudos de caso, além de conhecerem a realidade do sujeito, eles verificam as melhores possibilidades, seja o mesmo indo para uma escola, um estágio, realizando projetos ou esportes, enfim.

Na medida de meio aberto, é possível também que o jovem preste serviço à comunidade, como forma de reparação ao erro causado,

Ele vem para cá e participa de um projeto de horta que temos aqui ou então encaminhamos ele para prestar algum serviço no centro olímpico. Depois que ele vem para cá, realizamos um plano de metas com ele. A justiça determina no mínimo um plano de seis meses, porque eles chegam e fazemos esse plano de metas, voltar para escola, conseguir um estágio, fazer um curso profissionalizante em alguma área, e isso num prazo de seis meses (RENATA, 2023).

Para que essas metas sejam seguidas e analisadas, no intuito de auxiliar o jovem durante esse tempo, a profissional realiza um relatório avaliativo, que consiste na realização de tais propósitos. O mesmo será analisado pela justiça e caberá a ela liberar o jovem da medida ou fazê-lo cumprir mais tempo, caso haja a possibilidade de infracionar novamente. Nesses casos, são mais outros seis meses de metas e cumprimento delas até sua liberação, ou infelizmente, até seu abandono. Como existem essas especificidades, há casos de sucesso, aqueles que conseguem realizar as metas e saem de vez desse contexto, casos de tentativas, que ainda estão em processo, mesmo que com muitas idas e vindas, e casos “falhos”, nos quais o adolescente recebe medidas mais gravosas, como a semiliberdade ou internação.

Com tudo dito pela pedagoga, ao fim, conseguimos absorver uma perspectiva pessoal dela em relação a área que atualmente está. O seu modo de atuação é totalmente diferente de suas outras experiências por conta do contexto e público, a falta de uma presença do Estado na garantia do direito que eles possuem também interfere grandemente nesse processo. A mesma evidencia em sua fala a falha que em algum momento, seja da família, dos profissionais, da sociedade ou do próprio Estado foi cometida, para que aquele sujeito se encontrasse ali.

Outro ponto bem perspicaz foi em relação ao seu cansaço mental, que teve uma queda, acreditando que seja por não se tratar de uma turma com mais de quinze crianças, tendo que dividir sua atenção, sem exercer sua função com excelência. Na socioeducação, ela possui um tempo determinado para estudar as alternativas e definir, sem ter que atropelar etapas. Há dias específicos que o jovem deve estar presente, não necessariamente todos os dias da semana, então, facilita a feição dos relatórios.

Além de todas essas, ela também enfrentou a desvalorização, custo esse que grande parte das pessoas que escolhem esse curso, encaram. Felizmente, o discurso dessa professora se diferencia dos outros, nesse caso, dos de seus professores que não incentivaram sua escolha,

Nunca tive dúvida em relação a outra profissão. Foi uma decisão fácil para mim, e o que me deixava triste era o fato de que quando dizia aos meus professores sobre minha escolha, os mesmos diziam “Professora? Você? Você é inteligente, pode passar para outra coisa”, uma coisa que eu queria, os próprios professores desmerecem. Se você quer ser professor, vai! É difícil como qualquer outra profissão, e infelizmente não é valorizada como deveria e até os próprios profissionais, desencorajam novos (RENATA, 2023).

Dessa forma, além de desafios antes, como a desmotivação na escolha, houve durante a faculdade, em relação a visibilidade de diferentes locais possíveis de atuação, com os estágios sendo direcionados somente a áreas escolares, como também após, seja ela atuando na escola ou em outros espaços nos mais distintos casos. O fato aqui é que assim como outras, a pedagogia é uma área fundamental para o desenvolvimento do ser humano e deve ter mais valorização e destaque. Há muito o que fazer para que a pedagogia seja vista como um elemento solucionador de problemas existentes no mundo. Haverá sempre dificuldades e barreiras que serão impostas, entretanto, orgulhosamente podemos afirmar que o ponto forte dessa profissão é a busca por maneiras de fazer acontecer e nunca desistir.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O repertório de saberes aumenta a cada passo que damos em nossa caminhada, com isso, o assunto tratado aqui buscou clarear os horizontes até mesmo de quem não possuía interesse pela área. A importância dessas funções exercidas pelo/a pedagogo/a, seja onde for, deve ser concedida, ocorrendo assim uma maior valorização da qual deveria ter a muito tempo. Tendo esse olhar mais atento, surgem as possíveis e necessárias discussões relacionadas às condições de serviço, o adoecimento precoce, a falta de oportunidades, a baixa remuneração e reconhecimento do trabalho, além da falta de orientação e desconhecimento que essa carreira carrega. Dessa forma, traz ao debate, fatores que acarretam desmotivação, fazendo com que os problemas sejam evidenciados e as soluções possam surgir.

Ao percorrer por mais conhecimentos a respeito da socioeducação, a relevância de dialogar sobre esse tema se torna ainda mais significativa. Traz preocupações como o esquecimento da contribuição e cuidado que se deve ter com os que serão o futuro. Não basta apenas querer o melhor futuro, se por ele não for feito o melhor plantio possível, em busca da colheita de bons resultados. Crianças e jovens, são sujeitos sim, que carecem da atenção da sociedade de modo geral, uma ação coletiva em prol de um bem comum, tratando o passado, valorizando o presente e planejando o futuro.

Seria uma iniciativa de melhoria, estar sempre atento ao público que ingressa no curso, tendo um foco inicial ao seu interesse, nos primeiros semestres da faculdade, o estimulando e orientando a respeito de maneiras existentes a seguir em busca do seu local de interesse. Porém, antes disso, a faculdade deve o direcionar melhor, buscando sempre evidenciar as diversas possibilidades presentes na realidade do curso de graduação de pedagogia, sendo uma guia aos universitários nesse processo acadêmico. Esse acompanhamento, transmite segurança e certeza aos estudantes, para que possam realizar a contribuição em diversos setores na sociedade,

deixando a instituição acadêmica convicta de que cooperou significativamente naquele processo.

Como a faculdade transmite a base do conhecimento através das disciplinas, o mais aconselhável seria a inclusão de uma disciplina nos semestres iniciais que revelasse aos discentes as possibilidades existentes no mercado de trabalho, despertando no mesmo desde o início do processo, o desenvolvimento do seu interesse pela área. Assim, as disciplinas optativas serviriam de norte aos estudantes, que escolheriam também as que estivessem voltadas para sua área de desejo. Antes que pudessem intervir na estrutura do currículo da faculdade, o ideal seria escutar a comunidade docente e analisar as melhorias que estão ao seu alcance, pois os mesmos têm muito a dizer.

Por último, como uma última contribuição deste trabalho, não se pode esquecer do estímulo à formação continuada para facilitar o ingresso em novos/diferentes campos de trabalho, já que alguns locais exigem pós ou especialização em determinadas áreas. Dessa forma, a faculdade seria um instrumento de introdução, ao clarear os conhecimentos sobre o curso, de desenvolvimento, ao guiar o estudante nessa trajetória do descobrimento da vocação, de conclusão, transmitindo os saberes durante um longo período e encerrando o ciclo acadêmico, e de continuação, ao estimular o sujeito a desbravar novas oportunidades no mercado de trabalho.

Ao falar em encerramento de ciclos, vem à mente a reflexão que tive ao iniciar esse trabalho, *“Por onde começo?”*. Me deparei com uma dúvida tremenda, de qual temática defender, até me lembrar da qual mais tomava minha mente. Por um momento, não me reconheci ao deslembrar da Socioeducação e de meu imenso desejo em falar com domínio de assuntos que envolvam o professor em outros espaços. A importância de clarear ao mundo os exercícios dessa profissão não deixou de ser minha vontade. Agora, a reflexão inicial muda de sentido, e passa a ser voltado a não mais o que dizer, mas o que fazer. *“Por onde começo?”*. É o fim de um ciclo, o início de outro, sendo o começo da exploração de novos amanhã. Meu amanhã será a conclusão da graduação e uma formação continuada, voltada à socioeducação. Meu amanhã será o que defendi nessas mais de quarenta páginas, serei parte da Socioeducação, seja em meio aberto ou fechado, quero desbravar todas as áreas possíveis e outras mais. Meu desejo agora está sendo esse, mas não tiro a certeza de que estarei em outras realidades, como citadas anteriormente. Quem sabe surja uma nova necessidade de minha atuação em um local onde nem mesmo exista ainda, estarei disposta a enfrentar o desafio. Meu amanhã é novo, a cada novo dia!



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciana Inez Seehaber. COSTA, Gisele Maria Tonin da. **PEDAGOGIA EMPRESARIAL: A importância da valorização humana na empresa.** Artigo. Vol. 7 – Nº 15 - Janeiro - Junho 2012.
- AQUINO, Soraia Lourenço de. SARAIVA, Ana Cláudia Lopes Chequer. **O pedagogo e seus espaços de atuação nas Representações Sociais de egressos do Curso de Pedagogia.** Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 246-268, jul./dez. 2011.
- ALVES-BOMFIM, Vanessa Martins Farias. A educação no sistema prisional do Distrito Federal: o olhar para além das grades. **Revista Latina Americana de Criminologia** | Volume 2º, nº 1| Dossiê Temático. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/r elac/article/view/43919/35036>. Acesso em 23 de abril de 2023.
- BOUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Um manual prático. Editora Vozes. 7º Edição. 2008. Disponível em: <https://tecnologia midiaeinteracao.files.wordpress.com/2017/10/pesquisa-qualitativa-com-texto-imagem-e-som-bauer-gaskell.pdf>. Acesso em: 20 de novembro, 2022.
- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil. CF/88. Artigo 227 -** Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.
- BRASIL. **Decreto - Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.
- BRASIL. **Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963. Fundo Nacional de Investimentos.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/7/1963, Página 6233 (Publicação Original).
- BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de Outubro de 1979. Institui o Código de Menores.** Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, em 10 de outubro de 1979: 158º da Independência e 91º da República.
- BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).** Brasília, 18 de janeiro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.
- BRASIL. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 26 de junho de 2014; 193º da Independência e 126º da República.
- CABRAL, Letícia. RODRIGUES, Diogo. **A atuação dos pedagogos nas forças armadas.** 2013. Disponível em: <https://prezi.com/v e5 ykpowa /a-atuacao-dos-pedagogos -nas-forcas-armadas/>. Acesso em: 30 de maio, 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. **Resolução CNE/CP 1/2006.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.
- COSTA, Jessica de Fabia. **Conselho Tutelar: o que faz e sua importância.** Politize. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conselho-tutelar/#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Conselho%20Tutelar,integrante%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABlica%20local>. Acesso em: 02 de novembro, 2022.

ENS INDICA. **Marcos legais do sistema nacional de atendimento socioeducativo**. Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2014. Disponível em: [http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/index.php?option=com\\_content&view=article&id=80&Itemid=254](http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=254). Acesso em: 10 de dezembro, 2022.

FERNANDES, Felícia Aparecida. **Marcos históricos, políticos e legislativos da socioeducação brasileira: Uma análise histórica das instituições de internação**. Maringá. 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/126077903-Marcos-historicos-politicos-e-legislativos-da-socioeducacao-brasileira-uma-analise-historica-das-instituicoes-de-internacao.html>. Acesso em: 05 de fevereiro, 2023.

GOV. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda>. Acesso em: 10 de setembro, 2022.

JOVANA, Samantha. **Referências Bibliográficas da ABNT: qual é o padrão e como fazer a referência bibliográfica em um artigo?**. 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/talent-blog/referencia-bibliografica-abnt/>. Acesso em: 08 de janeiro, 2023.

JUS. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51212/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase-lei-n-12-594-de-18-de-janeiro-de-2012>. Acesso em: 14 de setembro, 2022.

Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

LIBÂNEO, José Carlos. PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança**. Educação e Sociedade, dez. 1999, vol.20, no.68, p.239-277. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GVJNtv6QYmQY7WFv85SdyWy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de junho, 2023.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira. MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia hospitalar: A humanização integrando educação e saúde**. 2017. Editora Vozes Limitada.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. A desobediência epistemológica da pesquisa (auto)biográfica: outros tempos, outras narrativas e outra universidade. **Revista UFG**, V.22(2179–2925), 1–33. 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/366602958\\_A\\_desobediencia\\_epistemologica\\_da\\_pesquisa\\_autobiografica\\_outros\\_tempos\\_outras\\_narrativas\\_e\\_outra\\_universidade](https://www.researchgate.net/publication/366602958_A_desobediencia_epistemologica_da_pesquisa_autobiografica_outros_tempos_outras_narrativas_e_outra_universidade).

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo; SANTOS, Vanessa Ribeiro dos. **A Educação de Jovens e Adultos e a Juventude no Brasil: considerações sobre os marcos legais, contextos e contradições**. In: SILVA, Francisco Thiago; MACHADO, Liliane Campos. Currículo, Narrativas e Diversidade. Curitiba: Appris, 2019, p. 37–52.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. **NOTAS PARA O TRABALHO COM A HERMENÊUTICA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO**. Momento - Diálogos Em Educação, 31(03), 26–40. 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/14038>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PNAISARI - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a lei**. Brasília, 2021. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/instrutivo\\_pnaisari.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/instrutivo_pnaisari.pdf). Acesso em: 11 de julho, 2023.

MODESTO, Franciely Souza. PEREIRA, Silvanis dos Reis Borges. A atuação do pedagogo em espaços não escolares: gestão, possibilidades e desafios. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.1, jan. 2021.

MOREIRA, Dirceia. MULLER, Crisna Maria. A política pública da socioeducação no estado democrático de direito brasileiro. **Revista Jurídica (FURB)** ISSN 1982-4858 v. 23, nº. 50, jan./abr. 2019. 7918:1 de 16.

MOREIRA, Joelma Lima; OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos. A Educação em ambientes não escolares: um relato de experiência. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 31, 23 de agosto de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/31/a-educacao-em-ambientes-nao-escolares-um-relato-de-experiencia>. Acesso em: 16 de maio, 2023.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI, Vicente Jr; GALLO, Paulo Rogério; NETO, Modesto Leite Rolim; REIS, Alberto Olavo Advincula. **Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa**. Rev. esc. enferm. USP 48 (spe2). Dez 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYct/?lang=pt#:~:text=As%20entrevistas%20narrativas%20se%20caracterizam,as%20entrecruzadas%20no%20contexto%20situacional>. Acesso em: 12 de novembro, 2022.

ONOFRE, Elenice Maria C. (Org). **A educação escolar entre as grades**. São Carlos/ SP: EDUFSCAR, 2007.

PCI, Concursos. **Provas de Pedagogo**. 2000-2023. Disponível em: <https://www.pciconcursos.com.br/provas/pedagogo/>. Acesso em: 26 de junho, 2023.

Portal da Socioeducação. **Conteúdos sobre a Socioeducação no Brasil com foco na defesa dos direitos humanos**. 2022. Disponível em: <https://socioeducacao.unb.br/#:~:text=Quando%20falamos%20em%20Socioeduca%C3%A7%C3%A3o%20nos,aos%20quais%20foi%20atribu%C3%ADda%20legalmente>. Acesso em: 19 de novembro, 2022.

**Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia - PPPC**, Brasília/DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 178 páginas, 2018.

**RESOLUÇÃO N° 46, DE 29 DE OUTUBRO DE 1996 e RESOLUÇÃO N° 047, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1996**. RESOLUÇÕES 1993 a 2004 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

SALLORENZO, Letícia. **O TEMPO DA SEDF NÃO É O TEMPO DA EDUCAÇÃO**. SINPRO-DF. 2022. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/o-tempo-da-sedf-nao-e-o-tempo-da-educacao/>. Acesso em: 14 de julho, 2023.

SARAH, Rede. **Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação. Edital 2022**. PROCESSOS SELETIVOS nOS 1 a 7/2022, de 5 de agosto de 2022. Disponível em:

<https://www2.sarah.br/processoseletivo/Dados/editais/SSP20220201.pdf>. Acesso em: 27 de junho, 2023.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas**. Conceitos e Princípios Norteadores. Brasília. 2006. Disponível em: [http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros\\_e\\_Artigos/material\\_curso\\_de\\_formacao\\_da\\_ens/Por%20uma%20Pol%C3%ADca%20Nacional%20de%20Execu%C3%A7%C3%A3o%20das%20Medidas%20Socioeducativas.pdf](http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Por%20uma%20Pol%C3%ADca%20Nacional%20de%20Execu%C3%A7%C3%A3o%20das%20Medidas%20Socioeducativas.pdf). Acesso em: 08 de outubro de 2022.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa**. Coordenação técnica Antônio Carlos Gomes da Costa. Brasília. 2006. Disponível em: <https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Socioeducacao-politica-publica.pdf>. Acesso em: 03 de dezembro, 2022.

Simpósio Nacional em Socioeducação (3.: 2021: Brasília). **III Simpósio Nacional em Socioeducação** [recurso eletrônico]: responsabilização e emancipação de adolescentes: 23 a 26 de novembro de 2021: Anais / Cynthia Bisinoto, Larissa Mazzotti Santamaria, Marta Carvalho de Almeida (organizadoras). Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: <https://socioeducacao.unb.br/wp-content/uploads/2022/05/Anais-III-Simpo%CC%81-sio-Nacional-em-Socioeducac%CC%A7a%CC%83o-2021.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro, 2022.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. A Institucionalização do Atendimento aos Menores – O SAM. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS** Vol. 12 Nº 24, julho - dezembro de 2020. Disponível em: 11608-Texto do artigo-38693-1-10-20201210.pdf. Acesso em: 05 de fevereiro, 2023.

TAVARES, Marcelle Claudia. DIAS, Mayara Danielle. ARAÚJO, Clarissa Martins. **A atuação do pedagogo em espaços não formais de educação: um estudo a partir de Organizações Não Governamentais do Recife**. – Centro de Educação – UFPE. 2015. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2406246/TAVARES%3B+DIAS%3B+ARAU%C2%B4JO+-+2015.1.pdf/f061911c-b996-4987-92c7-6f683519d5a1#:~:text=Os%20resultados%20da%20pesquisa%20evidenciaram,educativas%20com%20a%20realidade%20viva>. Acesso em: 31 de maio, 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia - PPPC**. Brasília/DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 178 páginas, 2018.

VERONESE, Josiane Rose Petry. LIMA Fernanda da Silva. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 1(1): 29-46, 2009.

WESTIN, Ricardo. **Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920**. Agência Senado. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>. Acesso em: 04 de dezembro, 2022.

## APÊNDICE

### APÊNDICE I



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Educação – FE

**Orientador:** Rodrigo de Souza Matos

**Discente:** Rafaela Castro Gonçalves de Sousa

**Matrícula:** 19/0037067

#### **ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A PEDAGOGA ATUANTE NA SOCIOEDUCAÇÃO**

**OBJETIVO DA ENTREVISTA:** Entender a trajetória da profissional detalhadamente, até o momento da inserção na socioeducação. Logo após, conhecer e entender a prática da mesma no ambiente não escolar.

**PERGUNTA ÚNICA E CENTRAL:** Poderia descrever com detalhes sua trajetória na educação, desde o início até o momento atual? (Momento que decidiu atuar na educação até onde está)

*\*Nesse momento, sinta-se à vontade em prolongar sua narrativa o quanto for necessário.*

Para entender melhor o que é uma entrevista narrativa:

É um método de pesquisa qualitativa, que coleta dados com foco nos acontecimentos e ações narrados pela entrevistada. Não tem uma estrutura fixa das perguntas. Então, o importante é que tenha uma sequência de episódios ou que os acontecimentos sejam conectados com outros passados e/ou futuros, desde que tenha um nexo entre eles. Ou seja, pode seguir a estrutura de um enredo, com início, meio e fim, ou pode apenas relatar momentos e trazer outros que tenham relação. Necessita de um desfecho ou “fim natural”, sendo aconselhado, nesse caso, o momento atual exato de sua vida profissional. Ao fim, a entrevistadora pode realizar algumas perguntas que esclareça algo ou trazer à tona o que esqueceu de dizer, depende de como tudo ocorrer e do que será falado.

**Importante:** Quanto mais detalhes forem relatados, melhor a visualização mental do acontecimento.

**Pontos importantes a serem considerados e base para pensar a narrativa:**

- Quais os motivos de escolher a pedagogia como sua formação;
- Onde e em que ano estudou. O que mais te interessou na faculdade de pedagogia (seu desejo inicial de atuação);
- Como foram expostas na faculdade as áreas que sua formação permite atuação;
- Relato de sua experiência em outros lugares;



- Relato do que te fez atuar em outros locais, inclusive, na socioeducação (Se atuou em outros lugares por desejo, curiosidade, falta de conhecimento das oportunidades, ou apenas necessidade e disponibilidade)
- Como foi sua experiência em outras atuações;
- Para cada lugar que trabalhou, como foi a forma de inserção;
- Como que ocorre a prática do pedagogo na socioeducação;
- As dificuldades que encontrou em seu trajeto na educação;
- Deseja atuar em outros locais onde desconhecia poder exercer uma função pedagógica;
- O que estiver à vontade e o que ache relevante contar para contribuir com a entrevista.

## APÊNDICE II

### ENTREVISTA NARRATIVA

Data: 28 de março, 2023.

**Para dar o incentivo a profissional, a pergunta central foi realizada. Poderia descrever com detalhes sua trajetória na educação, desde o início ao momento atual?**

Não sei quando foi que eu decidi ser professora, desde que eu me lembre (risadas). Sempre quis ser professora, quando era criança brincava de professora, até para estudar para as provas, fingia que estava ensinando meus alunos para aprender a fazer a prova. Aí, passei pelas provas do PAS na UnB para pedagogia, e nem teve outra opção, foi só a pedagogia mesmo, fiquei durante quatro anos. Não vemos muitas áreas nas quais podemos atuar, vê mais o pessoal falando que não tem só a sala de aula, tem pedagogia empresarial, hospitalar, mas não tem matérias abertas para saber mais. A única matéria diferente que fiz na Faculdade de Educação fora do ambiente escolar, foi a hospitalar, matéria Classe Hospitalar, além de um estágio no HUB. Foi a única que eu vi fora da área, mas tinha um professor que tinha um projeto com adultos num sistema penitenciário. Não sabia que existia essa área que estou atualmente, não tive acesso na graduação. Depois que me formei, já fui para sala de aula, que é o mercado maior para nós, tanto particular, quanto público é uma demanda grande, então acaba que a maioria segue esse caminho. Durante a época que eu queria passar num concurso público, surgiu esse concurso na época para pedagogo na Secretaria da Criança, que agora é Secretaria da Justiça e como era na minha área, eu fui fazer, sem saber muito como seria a atuação. Fiz porque queria passar num concurso. Fui saber mesmo o trabalho na prática. **(Finalizou a primeira parte)**

**No primeiro momento, com qual idade você trabalhou?**

Primeira turma que peguei, eu tinha 21 anos, logo que me formei, numa turma de 3º ano.

**Qual foi o intervalo de tempo entre a realização do concurso e a chamada para atuar no mesmo?**

Fiz o concurso, acredito que foi no final de 2012 ou no início de 2013. Me formei no segundo semestre de 2012, porém como teve greve, me formei somente em março. Então, passei num concurso temporário e me chamaram para assumir, só que ainda não tinha terminado e não assumi. Me chamaram outra vez e eu já tinha terminado, já tinha

entregado TCC, estava esperando só a colação, e aí eu fui. Acho que só tinha um mês que tinha terminado a faculdade e fui chamada para o temporário.

**Na faculdade, além do estágio no HUB, fez algum outro?**

Eu fiz estágio no Projeto 3 obrigatório que foi no HUB, na época era chamado assim. Fiz um semestre com Educação infantil numa escola, obrigatório também, e no outro semestre no 4º do ensino fundamental. Fiz também um remunerado, acho que foi só um ano, no MRE (Ministérios das Relações Exteriores). Mas lá foi numa área mais administrativa, com arquivos. Minha prima trabalhava lá e quando saiu me indicou para a vaga. Era estágio vinculado a faculdade, só que remunerado.

**Pela faculdade, o estágio sempre foi direcionado a áreas escolares?**

Isso, mais voltada para a área escolar, exceto o HUB.

**Quais foram suas áreas de atuação?**

Fiquei sete anos como professora na escola pública, cinco como temporário e dois como efetivo. Até eu vim para a socioeducação. Passei também no de orientador educacional, mas não cheguei a assumir, não tenho experiência. Podemos também ser orientador educacional, só que precisa de uma pós após a formação.

**Para esse concurso de orientador, você também foi chamada?**

Fui, mas me chamaram, no mesmo período para professor também e aí eu não quis assumir. Preferi ficar na sala de aula mesmo.

**Com a sua graduação somente, sem a pós, você conseguiria atuar como orientadora?**

Não, porque um dos pré-requisitos para assumir o concurso era ter a pós. Quando eu saí da faculdade eu fiz a pós em Orientação e Gestão Escolar, e fiz porque gostaria de continuar estudando. Aí surgiu esse concurso e fiz também, só que demoraram muito para chamar e eu já não tinha mais interesse.

**Como ficou/fica sabendo dessas vagas de concurso?**

Depois que me formei, que estava trabalhando como temporária, eu queria estar num emprego público pela estabilidade e benefícios, então quando eu estava estudando sempre aparecia essas oportunidades, eu pesquisava e ia atrás também de saber quais concursos que estavam por vir.



**Não houve um motivo em específico que a fez escolher a pedagogia, você apenas gostava?**

Isso, para mim eu já nasci para isso (risadas). Nunca tive dúvida em relação a outra profissão. Foi uma decisão fácil para mim, e o que me deixava triste era o fato de que quando dizia aos meus professores sobre minha escolha, os mesmos diziam “Professora? Você? Você é inteligente, pode passar para outra coisa”, uma coisa que eu queria, os próprios professores desmereciam. Se você quer ser professor, vai! É difícil como qualquer outra profissão, e infelizmente não é valorizada como deveria e os próprios profissionais desencorajando novos.

**Qual foi a escola que você estudou?**

Estudei em várias escolas públicas até o 8º ano, e o restante em escola particular. Quando terminei o 7º ano, meu pai decidiu me colocar em escola particular, mas não foi um foco no vestibular, e sim com relação a qualidade da educação.

**Quem te orientou a fazer o PAS?**

A escola me orientou em todo o processo do PAS. Tinha até cursinho preparatório aos sábados.

**Em que momento, na faculdade, você compreendeu que existe outras possibilidades de atuação a não ser escolar?**

O discurso da faculdade desde o início era esse, de que não era somente escolar. Mas quando surgiu o interesse para descobrir mais sobre outras áreas, as matérias do currículo, eram em grande parte para a área escolar. Eles falavam de outras áreas, mas ao mesmo tempo, não tinha as opções de disciplina para você cursar na área de interesse. Então, o que eu tive de opções, para ver onde eu poderia atuar que não fosse em escola, foi depois de formada, procurando as opções no mercado de trabalho.

**Teve alguma matéria na faculdade relacionada a área que atua no presente, com adolescentes ou adultos?**

Não lembro de nenhuma matéria obrigatória relacionada, nenhuma que abarca o público que eu atendo. Aqui não oferecemos educação formal, então a EJA também não atenderia o público que atendo.

**Os conhecimentos da faculdade colaboram muito para o seu atual campo de atuação?**

Colabora, mas eu tive e tenho que me aprimorar sempre. Faço uso com eles bastante da didática, o vínculo, num primeiro atendimento você tem que traçar uma relação, ter uma didática e uma maneira de abordagem. Contudo, a secretaria nos dá cursos, cursos esses fundamentais para saber como trabalhar com esse jovem na socioeducação, por meio também da escola de governo da sociedade. Então, a faculdade ajuda por nos dar a base, mas se fosse somente ela, não daria para atuação.

**Como foram suas experiências em outros locais?**

As escolas que passei foram muito boas, com exceção de uma. Não notei tanta diferença no tratamento entre ser temporária e efetiva. Nos últimos anos, consegui ficar na mesma escola que eu gostava bastante, onde a gestão era bem empenhada, o que não ocorria em uma das escolas que fiquei, que faltava material, as coordenações eram bem soltas. Essa última escola que trabalhei, os professores trabalhavam em grupo, a direção dava suporte, a coordenação, orientação, o auxílio da sala de recurso aos alunos com algum tipo de necessidade especial, tudo era muito bom. No geral, foi muito bom, somente uma mesmo, e por conta da gestão. Acredito muito na educação pública, até a quinta série, que é a que tenho experiência e podemos atuar, na qualidade das escolas e que também algumas deixa a desejar.

**Foi uma opção ser temporária por cinco anos?**

Era o concurso que estava disponível, assim que me formei. Na época os concursos que iam surgindo eu fazia. Então, atuava como temporária aguardando outras oportunidades que vinham. A ideia inicial era me tornar efetiva, por conta estabilidade.

**Como foi a sua inserção na socioeducação?**

Por meio de concurso. Esse concurso eu fiz antes do efetivo, porém, o processo dele é mais demorado por se tratar de questões relacionados a justiça e dos menores infratores. Tive a prova objetiva, depois o teste psicotécnico, teve que ver meus antecedentes criminais e curso de formação também. Então, foi um processo mais demorado, que acabou junto com o do efetivo. Fui chamada quase que então no mesmo tempo do efetivo.

**Você tinha um desejo de atuar na socioeducação ou apenas aproveitou a oportunidade?**

A vida foi levando, por conta dos concursos que eu fazia. No edital tem o exercício do cargo, que foi como conheci. Mas, nós só sabemos mesmo quando estamos na prática.

### **Como que ocorre a sua prática?**

Na socioeducação, estou trabalhando no meio aberto agora, que seria o adolescente ter passado pelo processo judicial e foi sentenciado a ficar em liberdade assistida, estando livre em casa, prestando conta para nós ou realizando serviço a comunidade. Mas tem outras medidas como semiliberdade, que é onde ele fica numa casa determinada, mas pode sair para estudar e trabalhar, desde que volte. E tem a internação, que priva a liberdade até decisão judicial. Então cada um desses meios tem diferentes atuações. Já tive experiência com internação também. Quando os adolescentes chegam aqui, ele cometeu um ato infracional, não podemos dizer que é um crime, por ter a idade inferior a 18 anos. Então cometeu o ato, foi detido, passou pelo juiz que determinou a vinda dele para cá. No primeiro momento acontece a acolhida do mesmo com a família, por ser menor, explicamos a medida e como funciona por não conheceram, e outros por serem reincidentes, não é necessário o processo. No meio aberto, a justiça entendeu que não é um ato grave, que não representa risco para sociedade e que ele tem um suporte familiar, que conta muito nessa decisão. Se a justiça entender que a família tem esse aporte para o jovem não voltar a realizar esse ato, (o nosso objetivo aqui é dar oportunidades para eles que até então não tinham, para que não volte a cometer outro ato infracional) então nós iremos encaminhar para estágio, aparece várias vagas, e muitos dizem que está roubando ou traficando por falta de dinheiro, ou a mãe/pai não trabalha e está precisando. Então, mandamos para o estágio, para cursos profissionalizantes, para a escola, por muitos evadirem da escola também. A maioria que tem 15, 16 anos, está no fundamental ainda, e a evasão escolar está muito presente nesse público da socioeducação. Assim, podemos notar que o Estado falhou, para eles chegarem aqui, alguma coisa falhou em algum momento, seja a família, o Estado ou a sociedade. Aconteceu algo falho no processo desse jovem para que ele tenha chegado aqui. Então, o intuito é mostrar um caminho diferente, seja do estudo ou de um curso profissionalizante, e essa adesão depende muito do contexto do jovem. Tem jovem que praticou um ato isolado, porque sabemos que a adolescência é um período que pode haver rebeldia, onde achamos saber de tudo e detentor do poder e tem uns que estão ali por aceitarem que é a sua vida e gostar. Então, esse é um pouco mais difícil de conseguirmos mostrar para ele o que pretendemos, por querer continuar ali. E tem aqueles que está na família, onde ela está envolvida e é ainda



mais difícil de evidenciar uma saída. São vários casos. Aqui trabalhamos em equipe, um pedagogo, um psicólogo e um assistente social, para dar esse suporte, cada um na sua área. Temos contato muito direto com as escolas, realizando estudos de caso, para tentar entender um pouco da realidade desse jovem. Para cada caso, há uma atuação diferente. Se esse jovem está precisando de um estágio, vamos procurar um estágio. Se ele está fora da escola, vamos colocá-lo na escola, então estudamos cada um acordo com o que estão precisando. E tem a prestação de serviço a comunidade, que também fazemos aqui, onde a justiça coloca como se o jovem precise reparar o dano que causou a sociedade. Ele vem para cá e participa de um projeto de horta que temos aqui ou então encaminhamos ele para prestar algum serviço no centro olímpico. Depois que ele vem para cá, realizamos um plano de metas com ele. A justiça determina no mínimo um plano de seis meses, porque eles chegam e fazemos esse plano de metas, voltar para escola, conseguir um estágio, fazer um curso profissionalizante em alguma área, e isso num prazo de seis meses. Depois desse tempo, fazemos um relatório avaliativo, observando se ele conseguiu cumprir as metas, se está se esforçando. Depois desse relatório feito, mandamos para a justiça e eles vão decidir se ele cumpriu tudo nesses seis meses e pode ser liberado ou não, precisa ficar mais. Eles reparam muito se o jovem corre o risco de infracionar novamente, de cometer outra vez, se sim ele permanece nesse processo. Se não, eles liberam. Se for o caso ficar, mais seis meses com novas metas e de novo mandamos um relatório. Tem jovem que volta, tem uns que vem depois vai para a semi, pela maioria infelizmente estar inserido num contexto social muito relacionado ao crime. Temos também os que dizemos ser casos de sucesso, que são os que conseguimos encaminhar, mas infelizmente outros pegam medida mais gravosas. A primeira medida geralmente que pegam, são para o meio aberto, atos mais leves. Atos mais gravosos já vão para a semi ou internação.

### **Como que é o processo de finalização do processo desse jovem?**

Geralmente, ele começa e finaliza com o mesmo técnico de referência, com o mesmo especialista. Tem jovem que conseguimos realizar um acompanhamento, que cumpre as metas, cria um vínculo com a equipe e vem até mesmo sem atendimento marcado, mesmo não sendo a cada quinze dias como previsto. Tem outras que já não aparece, nesses casos mandamos o descumprimento, um relatório avisando a justiça e eles que resolvem.

### **Como funcionam os relatórios?**

O avaliativo é de seis em seis meses. O informativo é somente se tiver uma coisa que achamos necessário informar a justiça, caso não estejam vindo, ou então mudou de endereço.

### **O que fazem em relação ao abandono?**

Vamos atrás várias vezes, fazemos visitas domiciliares, explicamos o que é, o motivo, e que é algo simples para cumprirem. Muitos não entendem e não pensam muitos nas consequências. É algo muito simples, eles vêm aqui a cada quinze dias, conversa conosco, os profissionais buscam melhores alternativas em suas áreas, dependendo do caso, se necessário fazemos uma reunião e nos ajudamos, traçando um plano para seguir com esse jovem. Se ele cumprir o PIA, que é o plano individual de metas, ele vai ser liberado, em seis meses, passa rápido. Mas os que demoram para vir ou que não vem, mandamos para a justiça, que normalmente ligam para o jovem, explicando que devem voltar. Caso não retornem, marcam uma audiência com ele, que receberá uma advertência por não cumprir, e se continuar a não cumprir, o processo pode ser reaberto e pode pegar uma medida mais grave. A justiça toma todas as decisões, e obedecemos ao que eles mandam fazer.

### **Qual foi a diferencia entre sua atuação numa área escolar para uma que não tinha experiência?**

Estava conversando com uma colega daqui que também é da área da educação, que antes trabalhava com crianças mais velhas, na área de letras português. Ela chegou a trabalhar com adolescentes, que veio até mesmo encontrar com ela aqui no sistema. Então assim, a diferença é que na escola atuávamos diretamente na educação, no preventivo digamos, e aqui atuamos com jovens que sofre consequências da falha do Estado. Então, causa um sentimento de decepção. O que aconteceu na vida dessa pessoa? Pois querendo ou não, os professores não sabem completamente da vida da criança, tem muitas coisas além do nosso fazer na escola que molda ela, mas a ideia é que nós como educadores também fazemos parte dessa falha, que a trouxe até aqui. Trabalhamos com maiores de 12 anos, menores que isso não pratica atos infracionais, é diferente. Ele recebe uma medida protetiva, enfim, o Estado vai atuar mais para proteção daquela criança, ele não é responsabilizado, que para ser, tem que ser maior de 12 anos. Eu trabalhava com crianças menores, até 10 anos, se for tudo certinho, e já aqui é outro público. Pegamos aqui jovens com até 20 anos, no máximo 21, por cometerem o ato antes dos 18 anos. Então, após isso, acaba o processo automaticamente. O processo também demora muito, tem adolescente



que chega aqui, mas cometeu o ato a uns dois anos atrás, e só recentemente saiu a sentença. Mesmo sendo maior, ele paga aqui conosco por ter cometido, quando mais novo. Senti muita diferença nessa questão da faixa etária, que parece que saímos de um meio mais inocente e carinhoso, que é “tia” para lá e para cá, e aqui já é diferente. Já essa amiga, sentiu um impacto grande da falha. Se ele estava num ambiente de proteção que é a escola, tendo toda educação, o que aconteceu para parar aqui, pegou outro caminho? São muitas situações diferentes. Estava também conversando com a psicóloga, sobre duas pessoas que passam pela mesma coisa na vida, não seguem o mesmo caminho. São elementos muitos subjetivos, que fazem eles chegar em tal ponto, então nunca vamos saber o motivo.

### **Como ocorre a sua atuação em equipe?**

O trabalho do dia a dia, trabalhamos numa sala, fazendo relatórios, respondendo os ofícios, várias coisas. O atendimento com o jovem, não acontece todo dia. Até porque agora, o efetivo que estamos, está muito baixo. Estou atendendo certa de 10 jovens, cada um vem uma vez por mês. Mas já houve casos de haver mais de vinte jovens por profissional e a dinâmica muda. Acontece o atendimento individual, da profissional com o jovem. Fazemos trabalhos em grupos para tratar algum tema em específico, por exemplo, violência. Chamamos ele para um grupo, fazemos palestras, ou passamos um vídeo, para tratar alguma discussão. Individual, em grupo, ou com a família.

### **Qual seria a justificativa para essa baixa aquisição dos jovens atualmente?**

Tem dois pontos. Uns que não conseguimos que venham, mesmo assim a aquisição é bem baixa. Acredito que seja por conta da demora do processo, mas isso acontece em todo lugar. Sabemos da existência de um grande público, mas acredito que a demora nesse trajeto até ele chegar aqui, dificulta muito. Por conta dessa demora, quando chegam aqui, muitos nem lembram o que fizeram, difícil até mostrar a responsabilidade dele nisso. Eles dizem que nem lembram o que aconteceu naquela época. Tem uns que estão aqui que já estão respondendo a outros processos também.

### **Há outra área não escolar que você deseja atuar?**

Desde a faculdade, eu tenho desejo em atuar na pedagogia hospitalar, que fiz o estágio na faculdade. O processo já é diferente por não ter em todo hospital. Não tem um concurso específico para isso, não há contratação em hospitais públicos para isso. O hospital que

eu sei que contrata é o Sarah, por seleção pública. Já é mais difícil, pois desde que formei, em 2012, depois de dez anos, que teve agora a primeira seleção pública. O pessoal que entra, não sai, por isso é complicado. Não sei e também não procurei como é em hospital particular. Não sei se tem, e se tem, não sei como é no particular. Outra área além dessas eu desconheço, e também não tenho interesse em sair de onde estou, por enquanto.

**Como está a sua saúde mental atual relacionada a que tinha quando seu local de atuação era em ambiente escolar?**

No meio aberto, eu não tenho contato direto com o jovem. Então, o trabalho aqui é mais tranquilo. É jovem infrator, mas não estou com ele toda hora, vejo ele uma vez por mês, tenho direcionamentos específicos e sendo um jovem por vez. Não tenho cerca de 40 crianças me rodeando. Porém, os colegas pedagogos que trabalham em internação, onde o jovem se encontra internado, tem uma demanda diferente, privado de sua liberdade, tem uns que não recebem visita, possuindo demandas diferentes, tem a questão da segurança também. Tem muito tempo que não acontecesse, mas pode ser que haja uma rebelião entre os jovens, e isso deixa tudo mais tenso. Os agentes de segurança são muito preocupados com os procedimentos de segurança. Então, quem trabalha nesse ambiente, pode ser que tenha que trabalhar melhor sua saúde mental. Agora aqui, onde estou, é bem tranquilo.

**Quanto tempo atuou na internação?**

Quando tomei posse, fui para a internação. Porém, eu estava grávida. Por conta disso, eu não atendia e não tinha contato com os adolescentes por questões de segurança. Depois que tive meu filho, voltei e fiquei três meses apenas com eles, realizando atendimento. Lá é um atendimento mais por demanda, não temos como mandar ele para estágio, a escola fica lá dentro da unidade, e isso é um ponto positivo por não terem a opção de não frequentar, lá eles são obrigados a irem. A demanda deles era mais psicológica e emocional mesmo, “quero atendimento porque preciso falar com minha mãe, ou com fulano”. O trabalho lá também é mais difícil, para fazer um grupo é complicado, por conta da segurança de ficarem todos juntos.

**Onde os jovens internados ficam?**

Eles ficam em unidades específicas, como se fossem presídios, mas não usamos esse termo por serem menores. São então, unidades de internação. Tem a área administrativa, que é onde ficamos, onde tem toda uma segurança também. Eles ficam em uns quartos,

que são como se fossem celas, mas também não chamamos assim. Usamos sinônimos por conta do jovem estar ali para se “socioeducar” e os agentes de segurança também são rígidos.

**Tem algo que queira acrescentar ou alguma dúvida? Não.**

Ocorre os agradecimento e a entrevista finaliza.